

Confusionismo Para Servir

Aos Entreguistas

DESDE há cerca de duas semanas, os setores entreguistas e os círculos mais reacionários e obscurantistas vêm procurando avolumar uma onda de agitação e confusionismo. É evidente que se procura criar um clima que permita àquelas forças ganhar terreno e emprender novas aventuras contrárias aos interesses do povo brasileiro. Toda a barulhenta encenação não consegue, porém, esconder o fato de que a balança de forças não pende para o lado dos entreguistas.

A ATUAÇÃO pública de Luiz Carlos Prestes é um dos motivos explorados pelos inimigos do progresso e da emancipação nacional. Prestes e os comunistas vêm atuando estritamente dentro das leis do país e isto torna inúteis as acusações, que lhes atribuem propósitos subversivos. Na verdade, são os círculos anticomunistas mais ferozes que se encontram animados de sinistras intenções subversivas. Ficaram estes círculos profundamente mortificados em virtude da ampla simpatia com que a opinião pública acolheu o retorno de Prestes à vida legal. Alarmaram-se diante da justiça da linha política dos comunistas e da acolhida que vêm recebendo, com justiça, nos mais amplos setores do cenário político. Compreenderam, a seu pesar, que os comunistas estão contribuindo positivamente para fortalecer o setor nacionalista do governo e o movimento nacionalista em geral. É natural, por conseguinte, que os entreguistas procurem explorar velhas provocações em torno do chamado «perigo vermelho», a fim de alarmar os círculos mais conservadores e afastá-los da frente única de luta por soluções reclamadas pelo interesse nacional.

É NECESSÁRIO ter clareza sobre o fato de que os comunistas não são, no momento, o alvo principal do entreguismo e da reação obscurantista. Utilizando a provocação anticomunista, a que também se prestou, lamentavelmente, uma parte do alto clero, visa o entreguismo abrir uma brecha profunda na frente nacionalista, a fim de enfraquecer e desalojar do governo o setor nacionalista, ao mesmo tempo golpeando a legalidade constitucional. O mais importante para o entreguismo é obrigar o governo a capitular, eliminando de sua política os aspectos nacionalistas e fazendo novas e aviltantes concessões ao imperialismo norte-americano.

PARA isto é que os entreguistas necessitam, de um modo ou outro, mutilar as liberdades democráticas e restaurar no país o clima de discriminação ideológica, já condenado pela opinião pública e que vai sendo decididamente superado. Eis o que devem, antes de tudo, levar em conta os patriotas, de qualquer tendência política, ao examinar com lucidez o que efetivamente se contém no bôjo da onda anticomunista.

O PAÍS atravessa inegáveis dificuldades de ordem econômica. São dificuldades originárias principalmente da dependência em que nos encontramos do sistema norte-americano. Este se acha atualmente bei-

rando uma séria crise econômica, com a queda da produção, aumento do desemprego, inflação e declínio das importações. Aproveitando-se do fato, os monopólios norte-americanos procuram pressionar os países da América Latina, particularmente o Brasil, para impôr uma baixa ainda mais violenta dos seus produtos de exportação e lograr, com a promessa de empréstimos, novas concessões econômicas e políticas.

ISTO explica os ataques à política do governo de defesa dos preços do café. Isto também explica, é evidente, a campanha soez movida contra o Ministro da Fazenda, sr. José Maria Alkmin, que, na questão do café, soube se colocar, patrioticamente, ao lado do interesse nacional, em oposição aos desígnios dos especuladores norte-americanos.

OBJETIVANDO impressionar a opinião pública, os entreguistas falam em pânico, em caos iminente e reclamam a revisão da política econômica do governo. É fácil compreender de que revisão se trata: baixa do preço do café, desvalorização oficial do cruzeiro, supressão das medidas de proteção à indústria nacional, concessões no terreno do petróleo e dos minerais atômicos, etc.

DIANTE das dificuldades que o país atravessa, os nacionalistas também reclamam modificações na política do governo. Mas são modificações que decorrem diretamente dos interesses nacionais e que incluem, entre as mais urgentes, a cessação dos privilégios que a Instrução 113 concede ao capital estrangeiro, o estabelecimento do comércio com a União Soviética e os outros países socialistas, a adoção de medidas contra a elevação do custo da vida e a efetiva ajuda do governo Federal às populações flageladas pela seca no nordeste.

COMO se vê, a pressão para modificações da política econômica do governo tem dois sentidos. Por um lado, um sentido entreguista. Por outro lado, um sentido nacionalista.

O GOVERNO do sr. Juscelino Kubitschek prestará um serviço ao país se, ao invés de se impressionar com o barulho da máquina de propaganda do entreguismo, adotar uma saída nacionalista e democrática, para a atual conjuntura. O discurso do Presidente da República em Diamantina e as declarações do ministro da Justiça a respeito de uma nova lei de exceção não contribuem, porém, para esta saída nacionalista e democrática. Constituem manifestações estimulantes para o entreguismo e que os setores patrióticos e democráticos não podem deixar de submeter a severa crítica.

CAPITULANDO diante do entreguismo, o governo do sr. Juscelino Kubitschek se enfraquecerá, preparando dias sombrios para a nação. Apoiando-se com firmeza na frente nacionalista, que representa o futuro da nação, o governo inevitavelmente se fortalecerá.

DEPOIS DA INDÚSTRIA, A AGRICULTURA — As transformações se sucedem na União Soviética, mostrando uma sociedade cheia de vitalidade, que avança para o comunismo. Agora é a vez da agricultura, com as medidas tomadas para a absorção das estações de máquinas e tratores pelos colcozes. Sobre esta questão publicamos duas matérias na presente edição: uma reportagem de Giuseppe Garritano, correspondente de «Vie Nuove», na 12a. página, e uma entrevista com o economista sociético Venjer, na 4a. página. O clichê acima mostra os tratores KHTZ-12 na Estação de Máquinas e Tratores de Chevtchenko.



A opinião pública do Rio Grande do Sul teve a sua atenção voltada para o caso dos arrendatários do município de Taquari. Trata-se de 100 agricultores pobres que reivindicam, de acordo com a Constituição Estadual, a colonização de cerca de 1.500 hectares de terras públicas. O dramático episódio é narra do numa reportagem de Mário Mattos, que publicamos na página central. O clichê acima fixa um flagrante da conversação mantida em palácio pelo governador gaúcho, sr. Ildo Meneghetti, e uma comissão dos agricultores.

VOZ OPERÁRIA

RIO DE JANEIRO, 19 DE ABRIL DE 1958 — NUM.: 463

OS COMUNISTAS E OS ESTADOS UNIDOS

Artigo de JACOB GORENDER

(NA 5ª PÁGINA)



O Pronunciamento Político Do Episcopado Fluminense

Comentário Político (3ª página)



O Congresso Pelo Desarmamento E a Cooperação Internacional

O Birô do Conselho Mundial da Paz, na recente reunião de Nova Delhi, na Índia, decidiu fixar definitivamente em Estocolmo o local em que se realizará o Congresso pelo Desarmamento e a Cooperação Internacional. Essa grande assembléia de povos, na qual se prevê a participação de cerca de 3.000 pessoas, vindas de todas as partes do mundo, terá pois como sede a capital da Suécia, com o prévio assentimento do governo desse país, que assim reafirma sua posição neutra e pela paz e coexistência pacífica.

É o seguinte o texto da declaração aprovada em Nova Delhi:

— O Birô do Conselho Mundial da Paz, reunido em Nova Delhi, de 22 a 25 de março de 1958, convida todos os que buscam os caminhos para a paz a que se façam representar no Congresso pelo Desarmamento e a Cooperação Internacional, que se celebrará em Estocolmo, nos dias 16 a 22 de julho de 1958.

“Em um mundo no qual existem Estados de regimes sociais e políticos diferentes, os povos devem procurar, através da união, os meios que lhes permitam viver em harmonia e trabalhar em paz.”

“Milhares de cientistas de numerosos países lançaram ao mundo uma advertência solene sobre os efeitos nocivos das explosões experimentais de armas nucleares e da guerra atômica. Justificaram assim os temores e protestos dos povos que sabem que as bombas A e H se acumulam, que se multiplicam seus depósitos em vários países, e que aviões carregados com essas armas monstruosas sobrevoam permanentemente sobre diversas regiões do mundo.”

“A opinião pública mundial deve atuar para que se realizem acordos para evitar esses perigos.”

“A pressão dos povos tende a substituir as relações entre os Estados baseadas na força e na opressão colonial, na exploração das riquezas

naturais do mais débil pelos mais fortes, e nas discriminações raciais engendradas pelo espírito de dominação, por relações baseadas na independência na livre determinação, na não ingerência e na igualdade de direitos.”

“A opinião pública mundial pode acelerar esses progressos.”

«A existência de blocos militares que engendram a desconfiança e a animosidade aumentam o perigo de guerra, provoca a hostilidade crescente dos povos. As iniciativas tomadas a favor da conclusão de um pacto de não agressão entre os Estados pertencentes a blocos opostos; sobre a participação de países neutros em uma eventual conferência do mais alto nível; as propostas de criação de zonas desatomizadas na Europa e na Ásia; a negativa de certos governos a se integrarem nos pactos; a oposição de outros a que se estendam sobre seus territórios novas medidas de armamento nuclear; — são exemplos tomados em todas as partes do mundo e que mostram a todos o que pode esperar-se de uma outra política.”

“A opinião pública mundial deve incitar todos os governos a que realizem esforços que permitam eliminar a política de blocos e substituí-la por um sistema único de segurança.”

“O excesso de despesas militares, as restrições políticas

à liberdade de comércio, o mau emprego da ciência e do trabalho em proveito das indústrias militares, dificultam a elevação do nível de vida e aumentam a miséria.”

“A opinião pública mundial pode ajudar os governos a encontrar os caminhos da cooperação econômica, em mútuo benefício.”

“Por toda parte se multiplicam e aumentam as forças de paz. Em todas as regiões do mundo os homens enfrentam novos perigos. Não só aumenta o seu número, como se unem para tornar mais eficazes seus esforços.”

“O Congresso de Estocolmo, que permitirá aos homens de boa vontade, vindos de todos os países, discutirem lealmente, pode dissipar numerosas incompreensões. Todos podem participar sem nenhum compromisso prévio e com absoluta independência.”

“Assim como desejam de todo coração a conferência

no mais alto nível, promessa de alívio e de acordos, os povos devem assegurar o êxito do seu próprio encontro no mais alto nível, pelo desarmamento e a cooperação internacional.”

“A felicidade pessoal de cada ser humano, o trabalho pacífico e fecundo, as grandes produções do espírito que enriquecem e unificam a civilização humana, só poderão germinar na liberdade e na paz.”

O BIRÔ DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ — Nova Delhi, 25 de março de 1958.”



Percorrendo usinas e fábricas da União Soviética, esteve em vista a fábrica de construção de maquinário “Krasny Proletary”, o sr. David A. Morsé, Diretor geral da Organização Internacional do Trabalho, ora em visita à URSS. (Foto da Agência TASS)

Reunião de Ministros em Praga

Depois de três dias de reunião, durante os quais debateram a situação internacional e os principais problemas de interesse recíproco, os ministros do Exterior da Polônia, da Tchecoslováquia e da República Democrática Alemã deram à publicidade uma declaração, a 12 do corrente. A reunião foi realizada em Praga, e teve como tema central as dificuldades opostas à aceitação do «Plano Rapacki» de criação de uma zona «desnuclearizada» na Europa Central, compreendendo pelo menos os três países e mais a Alemanha Ocidental.

«Os três ministros», diz o comunicado, «reafirmam a vontade de seus governos de criar na zona desatomizada prevista pelo plano Rapacki um sistema eficaz de controle. Declaram-se persuadidos de que a aplicação desse plano tornará possíveis medidas de limitação das forças armadas e das armas convencionais no

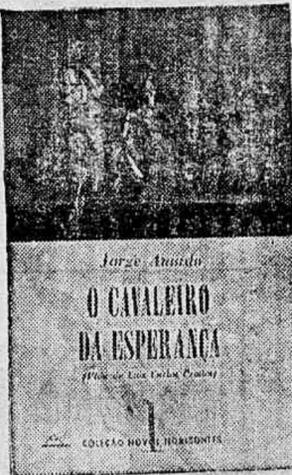
território da zona proposta. Os três ministros confirmam que os seus governos estão dispostos a discutir os detalhes do plano com os Estados interessados».

Com essas declarações ficam inteiramente desfeitos os argumentos difundidos contra o plano Rapacki pelo governo Adenauer, sob inspiração do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

O comunicado constata ainda «que a recente decisão do Parlamento da Alemanha Ocidental (Bundestag) a respeito do armamento atômico do exército do país (Bundeswehr) contribuiu para aumentar a tensão internacional». «A despeito das reiteradas afirmações das potências ocidentais,

segundo as quais a República Federal Alemã não disporá de armas atômicas a Bundeswehr está se preparando para recebê-las, com o auxílio dos Estados Unidos. O militarismo e o imperialismo alemães representam o principal perigo para a paz na Europa sendo a República Federal Alemã o único Estado no qual são abertamente apoiadas as reivindicações territoriais e os ideais de revanche».

«Dada a recente evolução da situação internacional, os governos da Polônia, da República Democrática Alemã e da Tchecoslováquia dão a importância cada vez maior ao plano polonês de criação de uma zona desatomizada, que constituiria um passo à frente para a salvaguarda da paz na Europa».



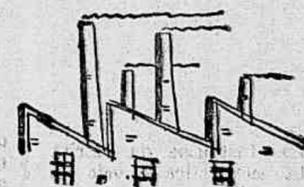
NÃO TEM DIREITO DE VOTO OS NEGROS DA ÁFRICA DO SUL

Telegramas de Johannesburg, capital da União Sudafricana, revelam que a população negra, que constitui a maioria esmagadora do país, não tem o direito de voto. As eleições gerais, que se realizam neste momento, constituem assim a continuação de uma farsa que vem-se repetindo desde a colonização. Uma tentativa do Congresso Nacional Aborígene para deflagrar uma greve de protesto, por parte dos trabalhadores negros, foi desbaratada pela polícia, que está patrulhando dia e noite as principais cidades.

Além de não terem o direito de voto, e de serem submetidos ao «apartheid» (lei discriminatória que os proíbe de frequentarem os lugares reservados aos brancos), os negros da União Sul Africana são impedidos de circular livremente pelo país, e a viverem em locais

determinados pelas autoridades, em consequência das chamadas «leis regulamentares restritivas».

A discriminação racial não é aplicada apenas aos negros, mas também aos habitantes de origem asiática, como os imigrantes indus e seus descendentes. Essa política odiosa, adotada pela minoria de colonistas de origem inglesa ou holandesa, que dominam o país, foi objetivo de veemente protesto por parte da Conferência Afro-asiática, que se reuniu no Cairo, no início do ano.



VOZ OPERÁRIA

Diretor
Mário Alves

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17.
and. s/ 1.712 - Tel.: 42.7344

ASSINATURAS:

Anual	150,00
Semestral	80,00
Trimestral	60,00
Núm. avulso	3,00
Núm. atrasado	5,00

Aérea ou sob registro, despêsas à parte:
SUCURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.

Crônica Internacional

Negociações Prévias em Moscou

DEPOIS de alguns dias de teimosa resistência, durante os quais o Departamento de Estado norte-americano proclamava — “Inaceitáveis as condições da U.R.S.S.”, curvou-se finalmente o governo de Washington à pressão de seus próprios parceiros na OTAN, consequência por sua vez do crescimento impetuoso das forças de paz em todo o mundo. Decidiram as potências ocidentais, a 14 do corrente, aceitar a proposta soviética sobre o início imediato das conversações preliminares relativas à preparação da Conferência dos Chefes de Estado. Realizar-se-ão elas em Moscou, dentro de poucos dias.

A decisão das potências ocidentais verificou-se no decorrer de uma reunião do Conselho da OTAN, convocada especialmente para debater o problema do estabelecimento de bases norte-americanas de lançamento de foguetes nos países europeus que fazem parte dessa organização. O objetivo da reunião foi assim radicalmente modificado, apesar da profunda contrariedade do representante dos Estados Unidos. A questão das rampas para foguetes foi retirada da ordem do dia, e transferida para “conversações bi-laterais” entre o Secretário de Defesa norte-americano e os “países interessados”, que se reduziram à Itália e à Turquia. E em lugar desse tema agressivo, o que se deliberou foi atender à proposta soviética. Sem dúvida, constitui esse fato uma expressiva vitória das forças da paz.

Ao mesmo tempo os meios oficiais norte-americanos, — que a princípio se referiam desdenhosamente à iniciativa soviética de suspender unilateralmente as experiências nucleares, e proclamavam que os Estados Unidos prosseguiriam com as suas, mesmo após as explosões experimentais programadas para julho — já foram forçados a um primeiro recuo, e admitem a possibilidade de serem também suspensas as experiências norte-americanas, mas somente após as do Pacífico. A atitude do governo de Washington, negando-se liminarmente a acompanhar o exemplo soviético, havia repercutido pessimamente entre seus próprios ali-

dos. O movimento mundial de protesto contra o prosseguimento das experiências atingiu proporções extraordinárias, nas últimas semanas, e tudo indica que os governos europeus, levando em conta esse fato, estão fazendo esforços para convencer os Estados Unidos da necessidade de uma mudança de atitude.

A mais recente manifestação contra as experiências nucleares, e que se seguiu às “marchas de paz” na Inglaterra e nos Estados Unidos, e à ação judicial internacional promovida pelo movimento dos escritores, foi o grande comício do Partido Trabalhista, realizado a 14 do corrente no Trafalgar Square. Nessa comício o líder do partido, Hugh Gaitskell, e o candidato do partido ao ministério do Exterior, Aneurin Bevan, proclamaram que “o Ocidente agiu erroneamente ao rechaçar o convite feito pela URSS para suspender as provas atômicas em dezembro do ano passado”. Se tal convite tivesse sido aceito, disse o líder trabalhista, nem mesmo as provas atômicas soviéticas do fim do ano teriam sido realizadas.

Não conseguiram portanto os imperialistas norte-americanos impedir a realização da Conferência dos Chefes de Estado. Tentarão certamente boicotá-la durante as negociações preliminares de Moscou; tentarão impedir a participação dos outros países socialistas e de países pacifistas a, o-ocidiais ou países neutros europeus, a fim de que a mesma se reduza a um “tête à tête” entre a OTAN e a URSS; tentarão ainda condicionar a sua realização à prévia aceitação de uma reunificação alemã sob a batuta de Adenauer; mas fica cada dia mais claro que seus esforços serão vão, porque a Conferência dos Chefes de Estado é hoje em dia uma exigência dos povos, que dela esperam o início da marcha para o desarmamento, a cessação da guerra fria, a coexistência pacífica, a conquista de uma paz justa e duradoura. Ante a ameaça de uma hecatombe nuclear, os povos não querem mais esperar, e exigem que algo seja feito, imediatamente, para sair do impasse atual.

O Pronunciamento Político Do Episcopado Fluminense

Aos pronunciamentos seridos que vêm sendo feitos nestes últimos dias por editorialistas e comentaristas de jornais como «O Globo», «Diário de Notícias», «Estado de São Paulo», «Correio da Manhã», «O Jornal» e a «Tribuna da Imprensa», bem como pelo Conselho Diretor do Clube Naval, soma-se agora o manifesto político do episcopado fluminense.

Tratando-se de credenciados pastores católicos, era de esperar-se que, nesta hora, viessem eles juntar-se às mais expressivas personalidades brasileiras que se manifestam num desejo comum de unidade e solidariedade nacionais, de coexistência e cooperação democráticas das forças vivas da nação, a fim de anular as ameaças entreguistas e anti-entreguistas que pesam sobre todos os brasileiros, acelerar o desenvolvimento econômico independente e impulsionar o processo de democratização da vida política do país. E é de todo evidente que, para se alcançar tão elevados objetivos patrióticos, as forças que representam o progresso e expressam os supremos interesses presentes e futuros da nação, precisem de um clima de convivência democrática, necessitam defender, consolidar e ampliar a legalidade constitucional.

Teria sido salutar que as figuras expressivas da igreja Católica viessem a público com os ramos de oliveiras, pregando a compreensão e a concórdia democráticas e patrióticas para que, juntos, todos os brasileiros encontrem a justa solução dos problemas que afligem a nação. É lastimável, pois, vê-los aparecer em dissonância com o sentimento de milhões de católicos brasileiros que amam a sua terra e a querem livre e próspera. Com efeito, a menagem do episcopado fluminense aparece estimulando as discriminações e as dissensões entre os membros da família brasileira. Surge com um tom alarmista e não confiante. Fala em «pânico» e em «caos». Pede restrições à prática democrática e leis de exceção, ao invés de garantias constitucionais e respeito à legalidade democrática. Nenhuma palavra de fé nos destinos do Brasil. Nada diz sobre o empolgante movimento nacionalista, que não é fruto de circunstâncias efêmeras, mas decorrência lógica e natural das circunstâncias históricas e da evolução do espírito e do sentimento patriótico do povo brasileiro.

Não prevalece no Manifesto a compreensão de que o povo necessita da mais plena liberdade, e de que as forças progressistas da nação tudo

devem fazer para aproximar e coordenar as suas ações, para aplinar os caminhos que levam à unidade, pois nenhuma força social pode, isoladamente, resolver as tarefas impostas pelas exigências do desenvolvimento independente e democrático do país. Nenhum estímulo aos debates democráticos para encontrar a melhor maneira de enfrentar e resolver os problemas nacionais. Nenhum apelo à mobilização da opinião pública contra as insidiosas manobras golpistas dos entreguistas, que tumultuam a vida brasileira e conspiram contra a legalidade constitucional.

A intolerância e a imprudência são, porém, inimigas da sabedoria. Não é casual a celúma levantada pelos golpistas e entreguistas em torno do manifesto político do episcopado fluminense. Faltando-lhe a serenidade, o comedimento, a suavidade, as propensões à indulgência e as atitudes liberais que os titulares da igreja católica confessam ser, atualmente, características dos comunistas e da opinião pública nacional, tornou-se então indispensável a dom Helder Câmara vir novamente a público para pedir, «por favor, um pouco de serenidade», que não se levante tanta celúma nem tanta paixão partidária. Isto aconteceu porque o manifesto coincidiu com as ações, iniciativas e pronunciamentos dos que procuram tumultuar o clima democrático, golpear a legalidade constitucional impedindo a solução patriótica dos problemas nacionais e frustrar a escolha democrática dos cidadãos, afastou-se da estrita didados às eleições de outubro.

Tampouco podem as explicações A POSTERIORI disfarçar o fato grave que o manifesto do episcopado fluminense, ao reclamar uma «revisão» da situação econômica do país, a fim de evitar, como afirma, o «pânico» e o «caos», fastou-se da estrita órbita eclesiástica e veio favorecer, facciosamente, aos setores que exigem uma capitulação do governo diante do entreguismo.

Apesar do sentido antedemocrático e alarmista do manifesto do episcopado fluminense, apesar das declarações

de dom Helder Câmara, exortando para que ninguém no Congresso Nacional combata, retarde ou torne inúteis as leis de exceção e clamando a rápida aprovação de tais leis, apesar de tudo isso, esperamos confiantes, dentro do espírito de compreensão e tolerância democráticas, que os dignitários da igreja católica não olvidem, nos seus atos e palavras, esta parte de seu manifesto: «Deus nos livre de esquecer a liberdade e de trair-la, trabalhando contra ela. Deus nos livre de esquecer a democracia e de comprometê-la».

Quando o Sr. João Neves foi eleito, em assembleia de acionistas, presidente da Ultragáz S/A (sub-área da Socony Vacuum), foi também deliberado que os seus honorários seriam fixados pela Diretoria, mediante proposta que deveria ser feita por Mr. D. A. Yount. A ata da assembleia foi publicada no Diário Oficial e causou escândalo à época. Mas jamais foi possível conhecer a proposta de Mr. Yount sobre o montante dos honorários do Sr. Neves. Foi apenas conhecida, porque publicada, outra deliberação da assembleia da Ultragáz, que concedia licença ao seu presidente durante o tempo em que iria exercer o cargo de Ministro do Exterior.

É compreensível que o Sr. Neves não distingue o profundo antagonismo que opõe os interesses dos trustes petrolíferos aos interesses do Brasil e dos demais países latino-americanos ricos em petróleo. Mr. Yount foi encarregado de mostrar-lhe, na prática da vida, como se podem proveitosamente harmonizar os interesses de tais trustes com os deveres de um Ministro do Exterior latino-americano.

É ainda compreensível que esse funcionário categorizado da Socony Vacuum tenha sido dos principais artífices do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, da entrega dos minérios atômicos e outras colaborações menores com os imperialistas ianques. Também é lógica a sua atuação de editorialista de «O Globo», onde mantém a constante de golpismo e entreguismo.

do comum de nosso país está pronto a opinar a cerca dos latino-americanos, como sendo todos mestiços degenerados, vaidosos, ineptos e incapazes de manter um governo próprio.

O que foi a verdadeira doutrina de Monroe («A América para os americanos... do norte»); a guerra de conquista contra o México, para a anexação, do Texas e Califórnia; os bombardeios e desembarques levados a efeito pela esquadra ianque em quase todas as repúblicas latino-americanas; o saque impiedoso da América Central pela «United Fruit Corporation»; o apoio às ditaduras latino-americanas que proporcionavam a conquista, pelos trustes ianques, do petróleo da Venezuela, do estanho da Bolívia, do cobre do Chile; o sindicato formado para explorar o Acre; os planos de ocupação da Amazônia — tudo isso constitui a autêntica história da América Latina e a realidade encoberta pelo «Pan-Americanismo».

O que é chocante, e atesta a submissão do Itamaraty ao setor entreguista do governo, é que seja convidado um tal funcionário, escriba do golpe e do entreguismo, para pronunciar a aula inaugural do Curso José Bonifácio, preparatório do Instituto Rio Branco.

Desenvolvendo a tese de que não há solução fora do «Pan-Americanismo», o sr. Neves agarra-se a esse velho eufemismo, que o imperialismo ianque sempre utilizou, para encobrir as profundas contradições que separam os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos — e dos seus monopólios em particular — dos interesses dos países latino-americanos.

Falsa-se a história, a geografia econômica, omite as lutas de libertação dos povos latino-americanos, para concluir que não há salvação fora do pan-americanismo.

«Onde encontrar sistema mais plástico para as relações recíprocas, mais acomodado às peculiaridades de todos os nossos povos e no qual a fleuma saxônica convive perfeitamente com a exuberância latina e o pequeno e negro Haiti com a branca e relativamente poderosa Argentina?» — pergunta em sua aula inaugural o plástico e acomodado companheiro de Mr. Yount.

Mas outra é a história outra a luta, outro será o destino dos povos latino-americanos.

Em carta a Patrício Campbell, datada de 5 de agosto de 1929, Simon Bolívar fazia esta profética advertência:

«Os Estados Unidos parecem destinados pela Providência para encher a América de miséria em nome da liberdade».

Bolívar não convidou os Estados Unidos, para o Congresso Pan-Americano reunido no Panamá em 1826 porque: «não há que pensar-se em união com os do Norte, porque seus interesses são heterogêneos aos nossos».

Já afirmara Jefferson: «Nossos pactos com a América Latina são os do leão com o cordeiro; mantenhamo-los». E o segundo presidente dos Estados Unidos, Adams, não usava eufemismos: «O cidadão

Essa história está sendo escrita por nossos povos, com sangue e sofrimento. Os Gomez, os Somoza, os Pinilla, os Odría, os Jimenez, os Castillo Armas, foram autênticos pilares desse «pan-americanismo», que ainda conta com Trujillo, Batista e Stroessner, com os escribas do entreguismo com os agentes dos monopólios ianques em toda a parte.

O antigo «quintal» dos Estados Unidos, fonte de matérias primas a preços vil e mercado único para a colocação de seus produtos industriais a preços crescentes não mais poderá ser mantido por que os povos latino-americanos já ganharam consciência da necessidade de se libertarem do jugo dos monopólios norte-americanos e da política imperialista do Departamento de Estado. O que hoje se verifica é a união dos povos latino-americanos em luta por sua independência nacional, econômica e política.

No Brasil, retomando o caminho já percorrido por Eduard do Prado e Euclides da Cunha o que se estuda é a realidade do antagonismo entre a política do governo dos Estados Unidos, de defesa de seus monopólios imperialistas e os sagrados interesses nacionais, que exigem completa emancipação econômica e política do país. Industriais, operários, estudantes, patriotas de todas as camadas do povo, formam o poderoso movimento emancipador que pugna por uma política interna democrática e progressista e por uma política exterior independente, exigida pelo desenvolvimento do país.

O sistema «plástico e acomodado» do sr. Neves, tenha mesmo o nome de «pan-americanismo», poderá ainda ser pregado nas aulas do Instituto Rio Branco, no Itamaraty de D. Odete, mas está condenado pela história da América Latina e pela realidade da luta atual dos seus povos. Estes aspiram à unidade e a verdadeira amizade pan-americana, entre todos os países do continente, mas para chegarem a esse autêntico pan-americanismo terão de libertar-se precisamente do sistema vigente, de tutela econômica e política dos monopólios imperialistas e construir um sistema de igualdade e respeito recíproco entre todos os países do continente.

VOZ ECONÔMICA

EXPANDE-SE MAIS DEVAGAR A PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O ANO passado registrou o menor crescimento da produção industrial em todo o último decênio. Este crescimento foi de 3,51%, segundo «Conjuntura Econômica». Já a revista «Conjuntura e Desenvolvimento» assinala uma taxa de aumento ligeiramente mais baixa: 3,2%.

O fato é tanto mais significativo, levando em conta que a taxa média anual de aumento da produção industrial foi de 3,7%, inegavelmente das mais elevadas, no período 1948-55. A partir de 1954, começou a se verificar um declínio no ritmo de expansão industrial, se bem que esta não houvesse cessado.

A causa do declínio, já agora acentuado, recai sobre a indústria de bens de consumo. Esta vinha aumentando sua produção a uma taxa média anual de 4% ao ano, no último decênio, mas, em 1957, decresceu em termos absolutos.

Segundo o IBGE, o número de operários-hora diminuiu, em 1957 com relação a 1956, nos seguintes ramos industriais: têxtil, vestuário, calçado, mobiliário, bebidas, editorial e gráfica, madeiras e transformação de minerais não-metálicos. Na indústria têxtil, que é o ramo que ocupa, proporcionalmente, maior número de operários, a redução foi de 4,7%. Na indústria de produtos alimentares, tão importante como aquela no nosso parque industrial, não houve redução nem aumento. As maiores reduções se verificaram nas indústrias de madeira (6,9%), de vestuário e calçados (6,3%) e mobiliário (5,7%).

Outro índice significativo é o do consumo de energia elétrica. Nas áreas servidas pela Light, consumiram menos energia os seguintes setores: bebidas, vidros, papel e gráfica, tecidos de algodão e produtos de madeira. A redução na indústria de tecidos de algodão foi de 4,7%.

A falta de dados completos sobre o volume da produção de bens de consumo, pode-se chegar à conclusão sobre o seu decréscimo em 1957 à base dos dados referentes ao número de operários-hora e ao consumo de energia elétrica.

É sintomático, ao mesmo tempo, que, na indústria têxtil, o valor dos estoques tenha aumentado em 72,4% no ano passado. A Instrução nº 135, da SUMOC, deve ter influído para isto, sem ter sido a causa principal.

Esta causa se torna evidente se observarmos que a indústria de bens de produção não alterou em 1957 o seu ritmo de expansão (+10% por ano, no último decênio).

Desde meados de 1956, a indústria de bens de consumo, principalmente os ramos de tecidos e de calçados vem sentindo dificuldades de venda. Os dados referentes a 1957 comprovam uma sensível deterioração do poder de compra das massas populares, incapazes de adquirir maior quantidade de bens de consumo aos altos preços, que esses alcançaram. Esta situação ainda não atingiu a indústria de bens de produção, que não tem mercado entre as massas populares, mas entre os próprios capitalistas. E, além disto, continua dispondo de amplo campo para se expandir, substituindo a produção estrangeira.

A situação da indústria de bens de consumo veio colocar de modo mais agudo a questão de deter a inflação e baixar o custo de vida. Outra questão é a necessidade de expansão mais rápida do mercado interno e da conquista de novos mercados externos. O que conduz a duas soluções de significação primordial para a nossa vida econômica: medidas de reforma agrária e reatamento de relações com o mundo socialista.

O ano de 1957 registrou um elevado nível de investimentos. E o que veremos no próximo número.

Grandes Transformações no Campo Soviético

N. R. — Na 12ª página desta edição, publicamos uma reportagem de Giuseppe Garritano sobre as transformações, que se preparam no campo soviético e que darão novo e notável impulso na construção socialista. Nesta página, publicamos matéria complementar daquela. Trata-se de uma entrevista com o economista Venjer, que já em 1952 propugnava a reforma hoje adotada. A entrevista é anterior à resolução do PCUS do governo soviético sobre a questão.

Dirigindo uma enquete sobre a vida econômica no campo, e, em particular, sobre as relações entre os colcoses e as EMT, publicada pela revista «Outubro», o publicista e estudioso da agricultura Ivan Vinnitchenco encontrou-se com Vladimir Venjer, e o economista que já em 1952 propôs, juntamente com sua mulher, A. V. Sanina, transferir os meios de produção fundamentais (as máquinas) para propriedade dos colcoses. Esta proposta de Venjer e Sanina, como é sabido, foi rejeitada por Stalin nos seus «Problemas econômicos do socialismo na URSS».

Será interessante, para os nossos leitores, conhecer algo sobre a opinião de Venjer.

Vinnitchenco narra seu encontro no Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS com Vladimir Venjer. Após breve preâmbulo, a proposta de um livro de agricultura, escrito por Vinnitchenco, o diálogo prossegue assim:

VENJER — Vós vos propusestes a resolver, de modo criador, alguns complicados problemas agrônômicos, e isto é justo. Já não é justo, porém, que a salvação para todos os males veja apenas na solução destes problemas. A causa fundamental não está aí.

VINNITCHENCO — E onde, então?

VENJER — Na economia. Conheceis mal vosso próprio livro. Recordai-vos do que disse Gussev? Ele aceita qualquer solução agrônômica, desde que produza um efeito econômico. Sublinho: econômico.

VINNITCHENCO — Mas, certamente, sois economista e por isto...

VENJER — Qualquer colcosiano é um economista. Agrada-vos, evidentemente, viajar com frequência. Nunca haveis notado? Em muitas estações ferroviárias, sob a plataforma e também na área aberta, jazem montões de adubos químicos. Os fertilizantes ali ficam durante meses. Os colcosianos não desejam carregá-los. Pergunta-se: por que? Como é possível? Talvez esses sejam colcosianos de tal modo atrasados que não compreendam a utilidade dos adubos químicos? Não vos preocupeis. Eles sabem bem em que consiste sua utilidade, mas o fato é que empregar os adubos químicos, coisa que de nenhum modo lhes é estranha, nem sempre é economicamente vantajoso para eles.

Que aumento de colheita pode proporcionar uma tonelada de superfosfato? Digamos quinze, no máximo vinte tsentners (um tsentner equivale a um quintal, isto é, 100 quilos). Mas, quanto custa? Com o transporte ao local — eu fiz o cálculo — custa cerca de 250-300 rubios. De tal modo, para comprar e transportar para o local uma tonelada de adubos, ocorre ser preciso despendir mais da metade do aumento da colheita que esse adubo pode proporcionar. Além disso, ainda é preciso trabalho para espalhar o adubo. Agora, julgai vós mesmos se é um conservador o presidente de colcos que ignora a ciência e se recusa a usar adubos mine-rais.

Poder-se-iam recordar todas as controvérsias que se queira sobre seus sistemas de enriquecimento do terreno, mas isto, talvez, mudaria a questão?

VINNITCHENCO — Permiti-me, mas esta é completamente outra questão. Aqui, tudo se baseia na política de preços.

VENJER — Seria melhor dizer: na lei do valor. Esta lei econômica objetiva reclama a observância do princípio

As Opiniões do Economista Venjer, Antes Criticadas por Stalin e Hoje Vitoriosas

de troca. Nos últimos anos muito se fez para atenuar a desproporção há tempos existentes entre os preços dos produtos agrícolas e os dos produtos industriais.

Foram aumentados os preços das culturas técnicas, introduzidos novos preços para entrega e para a aquisição dos cereais, da carne, dos legumes, das batatas e de outros produtos. Estivestes recentemente com Posmitni (presidente de um colcos — n. da r.)... Ainda há pouco tempo, se o acusava de especulação: em muitas cidades, o colcos por ele dirigido possuía bancas para venda de carne. E agora, vos dizem, ele as liquidou. Mas, por que? A elevada mecanização de sua fazenda aumentou de tal modo a produtividade do trabalho, da criação do gado, diminuindo, assim, simultaneamente, o custo da produção, que agora já não lhe é vantajoso comerciar a retalho e ele fornece a carne às empresas do Estado exclusivamente a peso vivo. E eis-nos aqui, juntos, naquilo que é o principal...

Ainda não me era completamente claro — continua Vinnitchenco — onde conduziria seu raciocínio, mas eu era todo vontade de ouvi-lo e esqueci as minhas objeções. E Venjer, entre outras coisas, disse mais: — Tentemos examinar a coisa mais de perto. Pensai nas magníficas condições que possuímos para o desenvolvimento da agricultura. Possibilidades tão amplas para a produção agrícola e para o uso de meios técnicos não existem em nenhum outro país. Tomai, mesmo, um país tão altamente desenvolvido como os Estados Unidos da América. Lá, foi alcançada uma colossal concentração da indústria, mas as fazendas dos farmers são, em sua massa fundamental, pequenas, quase de artesãos. Sua superfície média não supera os cem hectares. Entre nós, as áreas dos colcoses se calculam pelo milhares de hectares. Pareceria que em tais condições também a produtividade da nossa agricultura devia ser notadamente mais alta que na América. Infelizmente, porém, não é assim.

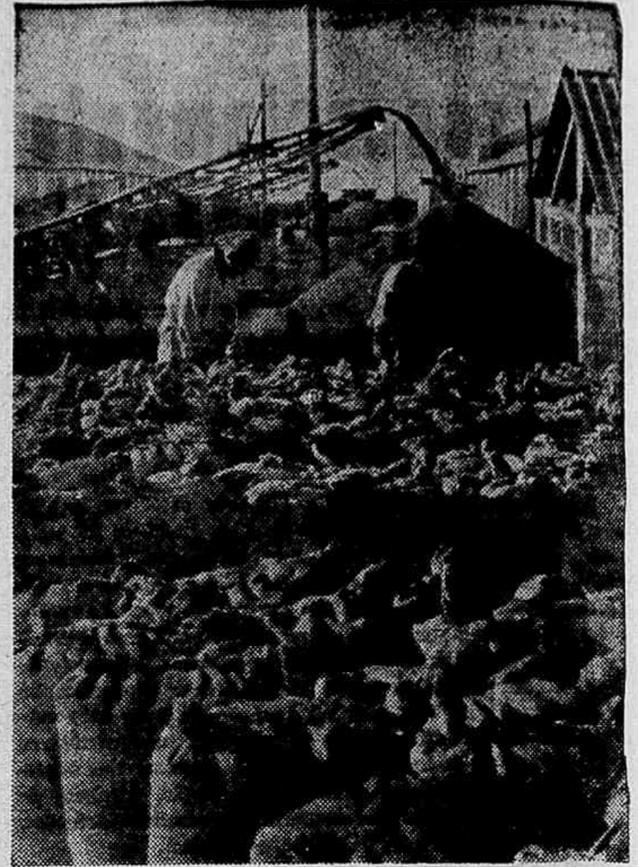
Haveis lido o livro de Matskievitch (ministro da Agricultura da URSS — n. da r.) sobre a viagem de nossa delegação agrícola pelos Estados Unidos? Dos dados aí publicados não é difícil calcular que nas fazendas dos farmers americanos há um trabalhador para cada cinquenta hectares de terra.

VINNITCHENCO — Então, equivale a dizer que, segundo as normas americanas, em um dos nossos colcoses médios, digamos, de uns dois mil e quinhentos hectares, deveria haver, ao todo, apenas...

VENJER — Cincoenta trabalhadores. Não operários, mas, precisamente, trabalhadores qualificados, dedicados às máquinas e pessoal econômico administrativo. Entretanto, como estão as coisas na realidade? Eis aí, também vós vos aproximastes da compreensão de onde está o busillis.

VINNITCHENCO — Onde?

VENJER — Antes de tudo, precisamente no fato de que até os últimos tempos considerávamos como condição fundamental do programa agrícola o aperfeiçoamento agrotécnico do sistema de cultivo da terra, e, de fato, não prestávamos atenção na organização da produção e na sua economia. Meditai, apenas, no fato de que no curso de muitos anos, até aqui, não existe sequer um método de cálculo das várias produções colcosianas. E, além disso, a economia é a coisa mais importante. Eu não desejo, compreende-se, diminuir a importância da agronomia: mas, em verdade, com aquela agrotécnica, com aquele sistema de cultivo da terra que se formou historicamente em todas as zonas do nosso extenso país, pode-se ainda viver e prosperar. Tudo isto não impede de pensar muito atentamente no sistema de organização da produção colcosiana. A vida avança a passos de gigante: a produção colcosiana se desenvolve in-



Um dos grandes colcoses utilizam poderosas máquinas no beneficiamento do trigo

cessantemente, mantém seu nível econômico e suas possibilidades produtivas. Mas, as formas organizativas de direção da fazenda permanecem as mesmas criadas ainda no surgimento do regime colcosiano. Eis aí. Eu posso, finalmente, responder àquelas questões para que, efetivamente, nos encontramos. Assim, já temos resposta para esta questão. Vossas reflexões são, justas, sem dúvida. A concentração dos meios de produção notada por vós nos colcoses de vanguarda é o resultado natural da própria concentração da produção colcosiana. E tendes razão: as máquinas e os outros meios de produção que se encontram em mãos dos colcoses e cooperativas efetivamente fortes, por sua potência e importância, superam os meios técnicos que lhes são fornecidos pelas EMT. Deste modo, notastes que o processo de dotação dos colcoses com meios de produção avança e continua de modo espontâneo. Provavelmente, sabeis que, não faz muito tempo, o Conselho de Ministros da URSS incumbiu o Glavkomsnab (Diretoria de Abastecimento Agrícola) de dotar os colcoses de tratores e outras máquinas agrícolas. É certo que até aqui só se entregam aos colcoses tratores de pequena potência, para a aradura, mas, mesmo assim, é um enorme passo à frente. De tal modo, a controvérsia de se se pode, ou não, vender aos colcoses os meios de produção foi resolvida pela vida mesma.

VINNITCHENCO — Mas, que se pode objetar àqueles companheiros temerosos de que sejam lesados os interesses de Estado com a dotação dos colcoses com meios de produção?

VENJER — Parece-me que semelhantes temores não têm qualquer fundamento. Qual pode ser a significação prática da transferência de todos os meios de produção para as mãos dos colcoses? O ulterior aumento da produtividade e do trabalho. Mas, isto é indicado como um dos principais objetivos da nossa edificação socialista; de fato, um aumento da produtividade e do trabalho na agricultura não só proporcionará abundância de produtos alimentares e industriais, como libertará enormes reservas de força viva para a indústria, para toda a economia nacional. E por que, pois, deveríamos temer o reforçamento da propriedade colcosiana, decorrente da atribuição, a ela, dos meios fundamentais de produção? Os colcoses são uma conquista do nosso regime, do regime soviético socialista; a propriedade colcosiana é propriedade socialista e não podemos realmente considerá-la no mesmo nível da propriedade capitalista. Mas, a propriedade colcosiana — diz-se, também — não é ainda propriedade de todo o povo. Todavia, isto não significa, realmente, que não devemos reforçá-la. Ao contrário. Reforçando a propriedade colcosiana, nós, ao mesmo tempo, estamos reforçando a «propriedade social», que é a base do socialismo e ainda criamos as condições para sua passagem a uma futura e mais elevada forma de propriedade. Se dizemos que o Estado, no futuro, se extinguirá, isto por acaso significa que não devemos por todos os modos reforçá-lo? Também assim é aqui. É a dialética da vida.

VINNITCHENCO — Mas, se as coisas se acham neste pé, por que não concentrar também nas mãos dos colcoses aquela parte dos meios de produção que se encontram atualmente com as EMT?

VENJER — Esta é toda uma outra questão. Não se a pode resolver separadamente dos grandes problemas econômicos e da importância nacional, como o sistema de circulação dos produtos agrícolas e, em geral, dos sistemas de intercâmbio de mercadorias entre a cidade e o campo. Como serão resolvidos estes problemas, no futuro, mostrá-lo-á a vida mesma. Uma coisa, entretanto, me parece absolutamente incontrovertível: de um modo ou de outro, todos os meios fundamentais de produção, no interesse do desenvolvimento da própria produção, devem encontrar-se à plena disposição dos colcoses; e para isto é necessário mudar, antes de tudo, o sistema existente nas relações recíprocas entre as EMT e os colcoses.

G.G.

O Povo Paraguai Exige Novas Eleições Presidenciais — Declaração do Partido Comunista Daquela País

A COMISSÃO Política do Comitê Central do Partido Comunista Paraguai acaba de lançar uma declaração em que conchama o povo do Paraguai à luta por novas eleições presidenciais antes de 15 de agosto.

O documento examina a «reeleição» de Stroessner e a denúncia como farsa eleitoral imposta pelos monopólios de petróleo norte-americanos e pelo Estado Maior do exército dos Estados Unidos, cujos principais agentes são Stroessner, Cabello e outros generais vende-pátria.

«Obrigados a retroceder na Ásia, os senhores do petróleo norte-americanos se apressam a reabrir os poços petrolíferos que taparam e ocultaram em nosso Chaco há muitos anos. Este é o verdadeiro significado da «reeleição» de Stroessner.

Depois de analisar o ascenso do movimento democrático patriótico no país e a decomposição da base interna da ditadura, que está sendo combatida até mesmo no seio do partido oficial, o Partido

Colorado, o documento afirma que a farsa eleitoral de 9 de fevereiro serviu para fortalecer a luta contra a continuação de Stroessner no poder.

Cresce o espírito de luta do povo que não se deixa intimidar pela repressão policial. A ditadura se viu obrigada a manobrar prometendo eleições municipais mas com a exclusão do Partido Comunista. «Uma eleição municipal com a exclusão de um setor importante da opinião popular, como é o Partido Comunista, vanguarda da classe operária, não seria mais do que outra farsa eleitoral. Uma eleição sob a lei 294 e sob o Estado de Sítio seria realizada através de perseguição não só dos comunistas mas de todos os democratas e patriotas firmes, que seriam acusados de «comunistas».

A seguir a declaração conclama a todas as forças antiditatoriais à luta conjunta e decidida pelo levantamento imediato do Estado de Sítio, pela anulação da lei 294 e pela anistia geral.

«Acima de tudo, o povo não deve deixar-se desviar da luta contra a continuação de Stroessner e a camarilha-de-generais vende-pátria. A «eleição» de 9 de fevereiro é nula. É necessário que todas as forças anti-Stroessner exijam, unidas e coordenadamente, a anulação dessa «eleição» presidencial e a convocação de novas eleições presidenciais antes de 15 de agosto.»

O documento mostra que os imperialistas norte-americanos procuram consolidar Stroessner em luta aberta contra o povo. Mas já estão em curso entendimentos com alguns generais e dirigentes de oposição que resultariam na mudança de alguns homens no poder, mas sempre sob a chafia de alguns generais de confiança.

Mas o povo se prepara para grandes lutas e exige a unidade de ação, sem exclusão de nenhum partido. O povo quer a solução da crise

política através de uma mudança de fardo, que traga também a solução da crise econômica.

«O povo está pressionando na direção assinalada pelo Manifesto do Comitê Central de nosso Partido, no sentido da formação de um governo

provisório de democratização que conceda liberdade completa, sem restrições, convocação de eleições livres, sem exclusão de nenhum partido, e adote certas medidas imediatas para aumentar a produção, estabilizar a moeda e os preços, reajustar os salários e ordenados, satisfazer os reclamos dos camponeses, rebaixar os impostos, defender a soberania nacional e ampliar a cooperação internacional por meio de uma política de amizade e de paz.»

Sob a palavra de ordem «unidade nacional antiditatorial», o povo paraguai tomará em suas mãos a solução da crise política, afirma o documento em suas conclusões.

Os Comunistas e os Estados Unidos

JACOB GORENDER

As entrevistas de Luiz Carlos Prestes, após o seu reaparecimento público, continuam motivo central para os comentários da grande imprensa. Ainda no último domingo, o "Correio da Manhã" estampava ao alto da sua primeira página — o que raramente acontece — um editorial em corpo 10. No dia seguinte, fez-lhe o contraponto "O Globo", com um pesadíssimo "tíjolo" do sr. João Neves da Fontoura, lançado também na primeira página. E, assim, um após outro — o "Diário de Notícias", o "Estado de São Paulo", o "O Jornal", a "Tribuna de Imprensa" et cetera — põem em circulação as suas invectivas, ora em tom circunspeto e grave, ora adotando os processos rasteiros e provocativos dos pasquins.

Sinistras como sejam as intenções desses advogados de causas antinacionais, não deixam eles de oferecer um espetáculo bastante cômico. Afinal, está muito difícil acusar os comunistas perante a opinião pública e os sagazes editoriais, quando, ao invés do insulto fácil, resolvem argumentar a sério, se vêm súbitamente desprovidos de idéias e de fatos.

Os comunistas afirmam solenemente, em Declaração recentemente publicada, que atuarão dentro das normas constitucionais, considerando que o proletariado brasileiro pode chegar ao socialismo por um caminho pacífico. Que lástima para os editorialistas da grande imprensa!... Pois agora não é mais possível prosseguir na velha cantilena de que os comunistas pretendem subverter a ordem pública.

Não se dando por achados, gritam os folclóricos de repente iluminados: "tudo não passa de tática!"

Esta é francamente de surpreender. O menos inteligente dos promotores de comarca do interior jamais se atreveria a levar um cidadão à barra do tribunal para acusá-lo precisamente da "tática" de... cumprir a lei. Mas é disto que jornalistas metropolitanos pretendem acusar toda uma corrente política, que soma muitos milhares de cidadãos em todo o país.

Sim, mas há novembro de 1935. Aqui é preciso deixar claro que nada nos obriga a acompanhar os julgamentos históricos de figurinha tão versátil como o sr. João Neves. Mas, em primeiro lugar, a orientação atual dos comunistas é profundamente diversa daquela de 1935, quando cometeram erros, que francamente reconhecem, dando também exemplo de patriotismo, bravura e abnegação. E, em segundo lugar, depois de 1935 rolou muita água por debaixo da ponte e a assim chamada ordem pública foi violentamente subvertida repetidas vezes, sem qualquer participação dos comunistas.

A 10 de novembro de 1937, uma Constituição democrática foi rasgada e substituída por outra de tipo corporativo. A 29 de outubro de 1945, um presidente da República foi deposto pelas armas. Em agosto de 1954, o mesmo presidente era novamente deposto e levado ao suicídio. Em novembro de 1955, uma coligação golpista tentou impedir a posse de um presidente legitimamente eleito, o que exigiu a defesa armada da Constituição.

Os comunistas não promoveram nenhum desses episódios de subversão, consumada ou apenas tentada, da ordem pública. A acusação, que nos lançam, pode muito bem ser estendida a diversas outras correntes políticas, que se recomendam à respeitabilidade conservadora. Melindroso tocar em assunto de tal natureza, num país como o Brasil, onde os pendores subversivos animaram o passado e ainda animam o presente de tanto figurão anticomunista.

A tática dos comunistas é, de fato, a da atuação através de formas legais de luta. Tática não tem aí o sentido de manobra maliciosa com objetivos imediatistas, mas de toda uma ampla linha geral, a longo prazo, dentro da linha histórica de desenvolvimento do mundo e do nosso país, em particular. Sim, os comunistas mudaram. Aprenderam da sua experiência e se aproximaram da realidade nacional. Não foram, porém, somente os comunistas que mudaram. Transformaram-se, e tão profundamente, as condições internacionais. Transformou-se também o cenário do país, onde novas forças estão impondo a sua prevalência e criando possibilidades, que outrora não existiam. Mas, percorrendo novo caminho, os comunistas permanecem fiéis à sua imaneente condição de servidores desinteressados da classe operária e do povo brasileiro.

x x x

Há, porém, um outro argumento, ao qual se agarram os editorialistas da grande imprensa, quando comentam as declarações de Prestes. Argumento que precisa ser debatido,

porque pode induzir a engano sobre o próprio caráter da nossa linha geral.

Não encontrando base para dizer que estão contra o Brasil, os editorialistas descobriram que podem, porém, afirmar que os comunistas estão contra os Estados Unidos. E isto lhes dói profundamente. Gritam, então, a uma voz: o vosso nacionalismo é falso, porque não é a favor do Brasil mas apenas contra os Estados Unidos; vós os atacais, porque continuais, como sempre, a serviço da política soviética!

A esta sutil e perigosa mistificação convém responder, precisando a nossa posição diante dos Estados Unidos.

Antes de ser contra, a nossa política é a favor de alguma coisa. Somos a favor do desenvolvimento independente e progressista da nação brasileira. Esta é uma política que parte de razões originais e eminentemente brasileiras, que interessa, a círculos muito além do proletariado e da qual os comunistas se fazem defensores consequentes. Somos, por exemplo, a favor da Petrobrás. Os senhores do "Correio da Manhã" são contra. Somos a favor da defesa dos preços do café. Os senhores do "Correio da Manhã" são contra. Daí porque — a conclusão lógica é inevitável — aqueles senhores estão, ao mesmo tempo, contra os interesses do Brasil e a favor dos interesses do imperialismo norte-americano. Onde se encontram, neste caso, os verdadeiros nacionalistas?

Os comunistas propugnam, sem qualquer exclusivismo, ao lado de brasileiros de outras orientações, uma política nacionalista positiva, que implica na luta por soluções construtivas, realistas e realizáveis, para cada um dos problemas nacionais. Uma dessas soluções, já concretizada, é o monopólio estatal do petróleo. E' preciso defendê-la e lutar a favor de muitas outras ainda não alcançadas.

A política de desenvolvimento independente e progressista da economia nacional não é voltada contra qualquer país. Ao contrário, ela exige que saibamos acolher a ajuda que nos possam prestar os países altamente desenvolvidos, com o seu capital e a sua técnica. Entendemos, porém, que aqui não cabem discriminações preconcebidas: a ajuda deve ser aceita, venha dos Estados Unidos, da União Soviética ou de qualquer outra parte. O que importa, em nome do interesse nacional, é que se trate de ajuda e não de expoliação.

Não apregoamos de modo algum o rompimento, nem mesmo a redução das relações econômicas com os Estados Unidos. Estas relações decorrem de uma realidade histórica, que é preciso reconhecer. Por maiores que fossem as transformações, que pudessem ocorrer em nosso país de um momento para outro, o Brasil ainda será, por certo tempo, o maior produtor mundial de café e os Estados Unidos os maiores importadores mundiais do mesmo produto. Precisamos e precisaremos vender café aos Estados Unidos. Estes, entretanto, ao contrário do que se apregoa, não nos fazem qualquer favor ao comprar o nosso café, porque também precisam vender-nos alguma coisa. Por este simples exemplo é possível compreender a necessidade das relações brasileiro-americanas e o interesse mútuo em desenvolvê-las.

Mas estas relações se formaram historicamente de tal maneira, que as vantagens correm para um lado só, isto é, para o lado dos Estados Unidos. Isto já afirmavam os comunistas há muitos anos, mas hoje são homens absolutamente insuspeitos de comunismo, como o sr. Valentim Bouças, que o proclamam.

Se queremos promover o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, não podemos deixar de lutar, todos os nacionalistas, de todas as filiações partidárias, por uma mudança no sistema de relações entre o nosso país e os Estados Unidos. Ao invés de relações de dependência, que implicam no saque das riquezas de nosso país e na exploração do trabalho do nosso povo em benefício dos monopólios norte-americanos, precisamos de relações de plena igualdade e de vantagens efetivamente mútuas. Isto não significa a cessação do comércio com os Estados Unidos, mas a liquidação do monopólio do imperialismo norte-americano sobre o

nosso comércio exterior, de tal maneira que possamos livremente intercambiar valores com todas as nações do mundo. Isto não significa a recusa a priori do capital norte-americano, mas a liquidação dos extorsivos privilégios de que goza em nosso país e a sua submissão a um rigoroso critério seletivo, de maneira a salvaguardar o progresso dos empreendimentos nacionais. E, partindo do mais genuíno interesse nacional, isto significa necessariamente o estabelecimento de estreitas relações, na base da plena igualdade e das vantagens mútuas, com o mundo socialista.

Nas relações econômicas com o mundo socialista, não partimos de razões ideológicas, mas do interesse racional de ampliar o comércio exterior, porque a troca de mercadorias não se subordinou jamais a motivos espirituais. De razões ideológicas arqui-reacionárias partem, isto sim aqueles que proclamam inaceitáveis para o Brasil empréstimos como a União Soviética tem feito aos países do Oriente, sem condições políticas, a juros de 2,5% e com prazos de mais de dez anos para a amortização, quando a todo momento estamos recebendo financiamentos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental a juros em geral de 5 e até de 7%, com prazos de amortização de 3 a 5 anos e frequentemente vinculados a condições políticas. Deve o verdadeiro nacionalista porventura preferir, por motivos ideológicos, este tipo de empréstimo, em bases de agiotagem, que nos expolia e empobrece? Seria absurdo responder afirmativamente.

Se passamos do plano econômico para o político, a ordem de raciocínio é a mesma. Não advogamos o rompimento de relações com os Estados Unidos, mas a substituição de uma política humilhante, que nos faz caudatários do Departamento de Estado norte-americano, por uma política independente, de relações, sem discriminações obscurantistas, com todos os países, tendo por base a igualdade de direitos, o pleno respeito da soberania, a não ingerência nos assuntos internos e a coexistência pacífica. Se é absurdo reclamar o rompimento com os Estados Unidos, não menos absurdo é manter o vergonhoso *status quo* de isolamento no que se refere a um terço da humanidade. O sr. Oswaldo Aranha já demonstrou brilhantemente o ridículo da nossa situação, como membro da ONU e país fadado a extraordinária projeção no cenário internacional, sem relações, entretanto, com uma potência da importância da União Soviética. Ainda aqui partimos de motivos a favor, isto é, partimos dos interesses da emancipação e da grandeza nacional. Os entreguistas é que se inspiram nos motivos do contra, porque, mais realistas que o rei, concebem que os Estados Unidos tenham relações diplomáticas com a União Soviética, porém não aceitam o mesmo para o Brasil.

Como ser patriota e, ao mesmo tempo, ser contra a soberania nacional?

Pois o sr. João Neves até hoje não se retratou da espantosa tese que enunciou anos atrás, em Bogotá, advogando a necessidade da "alienação progressiva da soberania nacional".

Ao gosto do sr. João Neves, é o caso de recordar e parafrasear velha indagação latina: a quem poderia aproveitar esta alienação?

Em nenhuma hipótese ao Brasil. Certamente não pensa na nos interesse do Brasil o celebrado autor da célebre tese.

Quanto aos comunistas e a todos os verdadeiros nacionalistas, entendemos que é indispensável o fortalecimento crescente da soberania nacional. E isto é incompatível com a política de blocos belicistas, com os acordos do tipo do Acordo Militar e do ajuste, que entregou Fernando de Noronha às forças armadas dos Estados Unidos.

Claro deve ficar que não somos propriamente contra os Estados Unidos — nação gloriosa que já deu muito à cultura universal —, mas contra o imperialismo norte-americano, que não só nos oprime, como ao mesmo tempo aos Estados Unidos. Sendo comunistas, não escondemos a nossa profunda simpatia pelo regime social existente na União Soviética e nas democracias populares, porém, entendemos que o Brasil chegará a este regime, não por coerção exterior, mas somente através do seu desenvolvimento interno e da convicção livremente conquistada de suas massas trabalhadoras.

A política dos comunistas é clara e não se presta a sofismas. Os interesses escusos e inconfessáveis não estão do nosso lado. Já o compreenderam amplíssimos círculos da opinião pública. E' isto o que conflagra o coração dos entreguistas e daí, como seria de esperar, a atoarda que faz a sua máquina de propaganda.

O LIVRO DA SEMANA

(DE 14 A 19 DE ABRIL)

A História da Antiguidade
Do Autor Soviético, Dr. A. V. Michulin
Tradução de Paschoal Lemme
Capa e Ilustração de Acyndino de Oliveira

Uma história em que o principal não são as datas, mas os fatos; Uma história em que o grande herói não é a espada, mas o homem; Uma história em que o povo aparece em seu verdadeiro papel, determinando o seu sentido.

O GRANDE E ÚLTIMO LANÇAMENTO DA

EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA

Rua Juan Pablo Duarte, 56 — Sob. — Distrito Federal
Telefone: 22-1613

Durante Esta Semana, em Nosso Balcão,

Desconto de 20%

Preço de Capa, Cr\$ 100,00

Preço de Venda Nesta Semana, Cr\$ 80,00



**Festival
De Arte e
Literatura
Georgiana
Em Moscou**

Realizou-se em Moscou, durante dez dias, um festival de arte e literatura georgiana. O concerto final foi realizado no Teatro Bolshoi. No clichê, todos os participantes interpretam a «Canção do Adeus», de S. Tsintsarize.

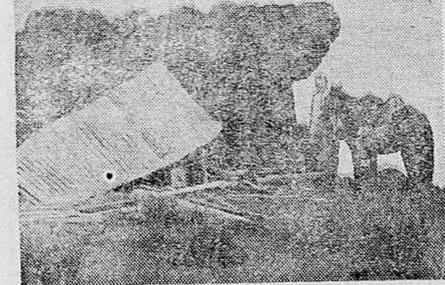
Apelo Patriótico e Comovente: Dê-nos Terra e Vos Daremos Fatura! Dizem 99 Lavradores de Taquari, RGS

Em fins de março próximo passado esteve no recinto da Assembléa Legislativa gaúcha uma comissão de lavradores de Taquari, integrada pelos srs. Oscar Coelho, Orlando José de Vargas, Oscar Adão da Silva e José Alves de Carvalho. A comissão camponesa, que se fazia acompanhar pelo jornalista taquariense Angelo Praia Irulegui — antigo e dedicado acessor de seu movimento reivindicatório — trazia consigo um abaixo-assinado da população de Taquari apelando ao legislativo gaúcho para que seja aprovada o quanto antes uma lei entregando a 99 famílias que não foram desalojadas pela força, a área de 1.497 hectares de terras do patrimônio do Estado, situadas no 1º distrito do município de Taquari. Traziam também um requerimento para o governador do Estado, porém, não sabiam se S. Excia. o receberia, após a expulsão de que haviam sido vítimas por parte de polícia estadual.

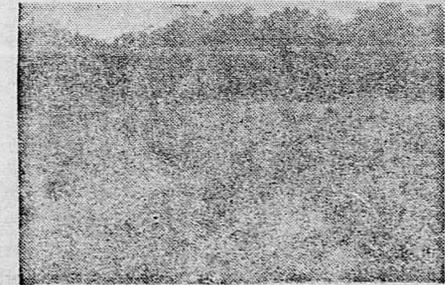
APOIO NO LEGISLATIVO FAZ-SE SENTIR
Na Assembléa Legislativa a comissão esteve primeiramente com o presidente da mesma, deputado Alberto Hoffman ao qual foi feita a entrega do memorial, subscrito por mais de 700 moradores da cidade de Taquari. Assinam professores, comerciantes, industrialistas, funcionários públicos e até um vereador de Taquari, o sr. Osvaldo Gomes Junqueira, do Partido Libertador. Informaram-nos os membros da comissão que a coleta de firmas só foi feita na cidade e que se tivessem podido percorrer a campanha, seriam muitos milhares de assinaturas a mais. Digam-se de passagem que a população da cidade de Taquari já vem apontando de há muito o movimento dos camponeses sem terra daquele município. O deputado Hoffman recebeu a comissão com grande

LAVRADORES EM PALÁCIO

A tarde a comissão mais os deputados Jairo Brun e Arlindo Kunzler não havendo comparecido o deputado Cândido Norberto, pediu audiência ao governador Meneghetti, que democraticamente a concedeu. Recebendo das mãos da comissão, os deputados passaram às mãos do governador o requerimento, assinado por cem agricultores pobres de Taquari. con-



No local desta casinhola destruída iria ser levantada pelas ocupantes expulsas uma escola para as crianças. São 59 crianças em idade escolar, filhos dos 24 primeiros ocupantes; e seriam 200 crianças se não fossem expulsas as 99 famílias da segunda ocupação. A preocupação pela instrução mostra o caráter progressista da colonização empreendida. Atualmente os ocupantes estão pleiteando, através do deputado Cândido Norberto, uma professora da Secretaria de Educação.



O clichê acima mostra o "crime" praticado pelos 99 participantes da segunda ocupação em Taquari, os quais foram expulsos sob ameaça de metralhadoras. Deixaram a terra lavrada, como prova de suas intenções de produzir, com o suor e a fatura do município, um dos mais atrasados da região. É isso que foi catalogado como "crime contra a paz pública, capitulado nos artigos 386 e 288 do Código Penal". Enquanto isso, por anos a fio, o gado de criadores vizinhos invade incriminadamente aquelas pastagens.

Estiveram em Comissão no Legislativo Gaúcho e no Palácio do Governo — Esperançados da Cordial Acolhida do Governador Meneghetti — O Governador Elogia a Obra já Realizada Pelos 24 Primeiros Ocupantes e Promete Impopularizar Entre os Camponeses — Informações Inexatas ao Secretário da Agricultura S. O Gado Que Pasta Prometem Defender um Novo Projeto Que Entregue Gratuitamente as Terras às 99 Famílias

cordialidade, e, de posse do memorial, prometeu tudo fazer para dar-lhe rápido encaminhamento.

A seguir, a comissão visitou as diversas salas de partidos políticos, existentes no edifício da Assembléa. Estas se achavam um tanto vazias, devido ao recesso parlamentar. Mesmo assim tiveram oportunidade de encontrar os deputados Jairo Brun (PTB), Arlindo Kunzler (PSD), Lamaison Pôrto (PSP) e Cândido Norberto (PSB). O deputado socialista Cândido Norberto declarou aos visitantes ser sua intenção apresentar, assim se iniciem os trabalhos parlamentares, um novo projeto, desta vez almejando as aspirações de entrega e legalização da posse das terras aos 99 lavradores ainda desalojados. Ao mesmo tempo, propôs ao deputado Jairo Brun, Combinaram três deputados — Jairo Brun, Arlindo Kunzler e Cândido Norberto — e a comissão, fazerem, na tarde do mesmo dia, uma visita ao governador Ildo Meneghetti para entrega do requerimento.

forme dispõe o artigo 174 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando a colonização de 1.497 hectares das terras públicas conhecidas pelo nome de «Fazenda Lemmertz», com aproveitamento dos requerentes.

O governador prometeu encaminhar por requerimento à Secretaria da Agricultura e manteve cordial palestra com os visitantes, na qual elogiou o trabalho já realizado pelas 24 famílias de ocupantes que já têm sua situação legalizada. Embora o governador tivesse apresentado algumas dificuldades vindo com pessimismo as possibilidades de beneficiar todos os requerentes com o art. 174 da Constituição do Estado, o sentimento geral de sua audiência foi democrático, havendo S. Excia. condenado a grande propriedade improdutiva. «Não sou contra a propriedade — declarou S. Excia. — mas acho que ela deve produzir». Referiu-se ainda à existência de um fazendeiro em Alegrete, que, possuindo vastas áreas, não produz, não vende e nem deixa produzir, enquanto ali, ao lado, está a fazenda Saint Pastous, onde se empregam todos os processos modernos.

Os visitantes saíram animados, tendo ainda percorrido os jornais da capital, após o que voltaram a seu município. Manifestaram à nossa reportagem a decisão de lutar para que seja transformado em lei o projeto que será apresentado à Assembléa Legislativa, com o aproveitamento de todos os requerentes.

ELOGIO MERECIDO

O elogio do governador Meneghetti aos 24 primeiros ocupantes das terras públicas em Taquari é plenamente merecido. Eles são uns heróis. Fazem 2 anos e 8 meses que esses pioneiros, enfrentando preconceitos conservadores e amparados numa lei que

assembléa decretara — a lei 2.650, de 12 de julho de 1955 — e num artigo progressista da Constituição do Estado — o art. 174 — ocuparam a terra que por lei deveria ser colonizada, mas cuja colonização estava sendo retardada por manobras de certos círculos políticos de Taquari junto ao governo do Estado e sua Secretaria da Agricultura. Além disso, escovava-se a época da lavra e plantio. Na noite de 14 de agosto de 1955 aqueles homens humildes mas decididos, depois de uma entusiástica assembléa de sua Associação dirigiram-se, a pé, levando apenas uma carreta com as provisões e instrumentos de roça e lavoura e meteram os pés na terra prometida, pela qual já lutavam há vários anos. Distribuíram-se pelos lotes já demarcados na margem do rio e ali cravaram os estios de modestos ranchos, mesmo ocupando cerca de 15 hectares de terras, as quais passaram imediatamente a lavar. Não tardou em desabar sobre os pacíficos lavradores uma verdadeira tempestade de violências. Brigadianos, de baionetas caladas, desmancharam muitos ranchos, mas eles os reconstruíram tenazmente. Conduzidos presos a Taquari e ameaçados, tornavam a voltar à terra. Proibiam a lavração e eles buscavam a solidariedade pública para manter-se. Chegaram a ameaçar de morte e insultar, de balconada calada a uma senhora grávida, visando levar seu marido à exasperação e ao crime. Mas a calma e tenacidade e a coragem dos ocupantes resistiu a tudo. Permaneceram unidos, jamais houve a mínima desordem, pleitearam seus direitos na justiça e no parlamento. Após mais de um ano de perseguições e resistência pacífica, tiveram reconhecida a posse através de outra lei da Assembléa Legislativa — a lei 2.981, de 14 de novembro de 1958.

Quando uma comissão parlamentar de inquérito, a 28 de novembro do ano passado, esteve lá, ficaram os de-

perseguidos, que hoje recebem os elogios dos deputados e homens de Estado. Eles passaram um ano sem poder plantar, mas assim que lhes foi permitido — primeiramente lavar a metade da área — lançaram-se ao trabalho e colheram toneladas de milho, feijão, mandioca, alpim, batata, etc. etc. Prosperaram a criação e as construções, transformando o local, antes relegado ao abandono, numa vila com estradas, eucaliptos, cercas, açúes e mudas frutíferas, circundando casas de habitação, galpões e estabulários. Os mui-dos e relinchos solitários do gado chucro que ali pastava outrora, foi substituído por um coto múltiplo de vozes de animais domésticos e pessoas num trabalho constante — pitoresca revolução de progresso invadindo aquelas paragens.

Quando os ocupantes da área dos lotes atualmente ocupados por 300 hectares. E uma pequena mancha de progresso contrasta com a imensa área de 1.815 ha. de campos e matos, onde ainda pastam gado vacuno e cavalos criadores vizinhos. Essa terra restante dá folgadoamente a alojar mais 99 famílias em lotes de 15 hectares. A pequena distância da cidade de Taquari (cerca de 6 quilômetros) e o acesso fácil a outros centros, através do rio Taquari, a colonização de toda a área da «Fazenda Lemmertz» seria fator ímense progresso para o município, atualmente um dos mais atrasados da região vale do Taquari. E isso faz com que essas terras já olhadas como verdadeiras «terras prometidas» pelas milícias rurais sem terra, vivam sem redenção, sob fendas por contratos extorquidos de especuladores e extorques que lhes impedem os próprios meios e grandes.

Reportagem de Mário MATTOS

milho-verde para as cidades vizinhas, como Taquari, Tufino, São Gerônimo e Pó Alegre, à razão de Cr\$ 1 por espigo. A penetração de pequena propriedade naquelas terras trouxe um núcleo de fatura de milho, feijão, batata, hortaliças, aves e outros etc. Os ocupantes estão fundando uma cooperativa para fundar uma escola. Fizram uma coletânea para construir uma sala de aulas e pleitearam a nomeação de uma professora pela Secretaria da Educação — que há mais de 50 crianças em idade escolar.

É PRECISO ESTENDER O PROGRESSO PARA VENCER O ATRASO

Entreamos a área dos lotes atualmente ocupados por 300 hectares. E uma pequena mancha de progresso contrasta com a imensa área de 1.815 ha. de campos e matos, onde ainda pastam gado vacuno e cavalos criadores vizinhos. Essa terra restante dá folgadoamente a alojar mais 99 famílias em lotes de 15 hectares. A pequena distância da cidade de Taquari (cerca de 6 quilômetros) e o acesso fácil a outros centros, através do rio Taquari, a colonização de toda a área da «Fazenda Lemmertz» seria fator ímense progresso para o município, atualmente um dos mais atrasados da região vale do Taquari. E isso faz com que essas terras já olhadas como verdadeiras «terras prometidas» pelas milícias rurais sem terra, vivam sem redenção, sob fendas por contratos extorquidos de especuladores e extorques que lhes impedem os próprios meios e grandes.



José Alves de Carvalho é um dos primeiros ocupantes das terras de Taquari. Mas seu direito não foi reconhecido, pois o "Dr. César" alega que ele "já era proprietário de terras".

putados entusiasmados e denunciaram em relatório que as terras doadas pela lei 2.981 apresentavam, atualmente, um aspecto maravilhoso, tal o volume de culturas efetuado e o especial carinho dispensado às lavouras. De fato, a última safra, pelas notícias que temos, foi duas vezes maior do que a anterior — já que puderam lavar toda a área — e só de milho apreciava-se em cerca de Cr\$ 3.600.000,00 o valor das espigas colhidas e vendidas como

produto de mudas, sementes e animais reprodutores. Entretanto o diretor da mesma Estação, engenheiro agrônomo Cezar Goulart pertencente à conhecida e tradicional família pelotense, parece ter perdido a visão ampla e identificadora de uma profissão progressista como a sua, e caindo no vislumbre localista e unilateral, obscuro e mesquinho dos problemas.

A Estação Experimental não luta com falta de terras para os seus experimentos, que não exigem, via de regra, áreas muito extensas. No entanto, desde os primórdios do movimento dos lavradores sem terra, vem o diretor da Estação opondo obstáculos às aspirações progressistas dos mesmos.

Quando o primeiro argumento para tornar impossível a colonização foi o do parecer emitido por uma comissão headed por esse técnico, respondendo pedido de informações do Secretário da Agricultura. Nesse parecer, que foi objeto de comentários irônicos do deputado Hélio Carmona no plenário da Assembléa Legislativa em 1955, havia-se as terras como "improprias para a agricultura, por serem de teor ácido, segundo antiga análise do ilustrado técnico de solos Labieno Jobim". Acontece porém que o teor ácido é uma característica de grande número, sendo da maioria dos solos do Rio Grande do Sul, e justamente o do correto para o solo e o arejamento do solo através da lavra e plantio, como provaram brilhantemente na prática os 24 primeiros ocupantes.

Outro argumento invocado no mesmo parecer é o de que as terras seriam "sujeltas a inundações periódicas". Isso também é verdade, porém, o mesmo sucede em todas as terras situadas na bacia do Taquari, uma das mais férteis e produtivas do Estado. As enchentes não constituem um prejuízo, pois a própria conformação da bacia determina um rápido escoamento das águas. Além disso, a drenagem dos recantos alagadiços pode ser facilitada por meio da construção de valetas, como observam os próprios camponeses, alguns dos quais já trabalharam em lavouras de arroz e entendem de drenagem.

Enquanto assim procedia, o diretor da Estação, demonstrando não acreditar no que lhe próprio dizia, mantinha nos lotes da beira do rio, um preposto ou "agregado" chamado Lino, que assa-

lariava lavradores a preços baixíssimos para plantar milho e outros produtos. Quando a ocupação dos 24 se processou, esse preposto incorporou-se aos ocupantes, porém queria ocupar área duas vezes maior que a dos demais. Transformando-se num provocador, armado, autêntico campanga, esse indivíduo terminou sendo um dia corrido pelos ocupantes, que não se intimidaram com suas ameaças.

Quando, por força da lei 2.981, a Secretaria da Agricultura teve de providenciar a expedição de títulos de posse aos ocupantes, foi uma comissão chefiada pelo mesmo Dr. Cezar Goulart fazer a sindicância no local. O trabalho dessa comissão, como transparece no relatório enviado ao Secretário da Agricultura, foi orientado no sentido de restringir o quanto possível os direitos dos lavradores. Foram criados impedimentos em vários lotes já ocupados e sob pretextos superficiais e aparentes, que não resistem a uma análise mais profunda.

Por exemplo: embora haja pórtio oficial a 2 quilômetros, o dr. Cezar escolheu dois lotes da margem do rio, justamente onde a margem é um lodagal impróprio para trapaxe. Alega que a Estação precisa de um pórtio e busca interditar dois lotes, negando direitos ao ocupante de um deles, José Alves de Carvalho, que ainda acusa injustamente de ser proprietário de terras em outro local. Dizem os camponeses que o objetivo visado nos lotes não é pórtio nenhum, e sim a colocação ali de meios como o famigerado Lino. Além, dessa área interditada está também o lote que foi abandonado pelo tal Lino, atualmente ocupado por um praça de Brigada.

Enfim, para os camponeses o "Dr. César" é um nome que grangeou antipatia lamentável num técnico — pelos atos de injustificada hostilidade que vem praticando. Bem outro seria o conceito do diretor da Estação de Pomicultura no meio daquela gente simples e cordial se curvasse o dever de facilitar ou pelo menos não dificultar a vida

de quem não se trata de favoritismo, condenável. O fato é público e notório para quem quer que examine no próprio local. Comente-se mesmo por lá que existiria um preço "entre amigos", de 15 cruzeiros por mês e por cabeça; pago pelos criadores ao diretor da Estação, pela pastagem concedida.

Corroborando esses boatos, recorda-se que, foram expulsos em novembro do ano passado, as 99 famílias que tentaram uma segunda ocupação — foram vistos acorrendo ao patrimônio do Estado ou perturbando a ordem pública. Visavam, sim, fazer triunfar a justiça, expressa de forma brilhante no artigo 174 da



O deputado Alberto Hoffman, presidente do legislativo gaúcho, recebe das mãos da comissão de agricultores de Taquari o APELO DO POVO DE TAQUARI A ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, cujo texto é o seguinte:

«Os abaixo-assinados, cidadãos residentes em Taquari, apelam ao legislativo riograndense no sentido de que seja aprovada — se possível de imediato — Lei entregando aos requerentes a área de 1.497 hectares de terra do domínio patrimonial do Estado, situadas no 1º distrito do município de Taquari. Aquela vasta área de terras fértilíssimas — que foi ocupada a 15 de outubro de 1957 por cerca de 99 famílias rurais sem terra — acha-se relegada, há anos, ao mais completo abandono e sua colonização trará reais benefícios à economia do nosso município. Além disso a Reforma Agrária é uma solução indispensável à criação dum grande mercado interno e, conseqüentemente, à industrialização de nossa Pátria.»

Tudo por um Brasil independente, forte e respeitado!
Dondrio Gonçalves de Oliveira, Otávio José de Vargas, Pedro Capelão Morais, Adroaldo Silva da Rosa e mais de 700 assinaturas.

lariava lavradores a preços baixíssimos para plantar milho e outros produtos. Quando a ocupação dos 24 se processou, esse preposto incorporou-se aos ocupantes, porém queria ocupar área duas vezes maior que a dos demais. Transformando-se num provocador, armado, autêntico campanga, esse indivíduo terminou sendo um dia corrido pelos ocupantes, que não se intimidaram com suas ameaças.

FAVORITISMOS CONDENÁVEIS

Enquanto age com extremo rigorismo e parcialidade para com os trabalhadores pobres do campo, tendo mesmo sido obrigado a construir uma longa cerca de arame dividindo ao meio a «Fazenda Lemmertz» — visando limitar e frustrar novas ocupações — o Dr. Cezar age com absoluto liberalismo para com os criadores de gado da vizinhança. De longa data até o presente momento, pastam naqueles campos, com o consentimento do diretor da Estação, centenas de animais vacunos e cavalares. Tal concessão de pastagem é ilegal, tanto assim que o Secretário da Agricultura assim respondeu a um pedido de informação da Assembléa Legislativa: «As terras em referência ainda não se encontram extremadas de propriedades privadas vizinhas por cercas ou outros tapumes, por força de deficiência de recursos orçamentários desta Secretaria. Por este motivo sofrem essas invasões de gado vacuno e cavalos de terceiros. Não há autorização da Secretaria para que se sejam dados ali permancam. Vê-se daí que o diretor da Estação não informou corretamente a Secretaria, pois: 1) Se há recursos para estender uma linha de arame no meio do campo — cerca de 4 quilômetros de aramado! não se justifica que não haja recursos para tapar as divisas; 2) Além disso, mesmo depois de separados os dois lotes "poteiros", o gado pasta dos dois lados do arame, o que indica que atravessou por obra do homem e não por invasão natural. Exatamente o campo tapado é o que tem mais gado.

Não há como esconder que se trata de favoritismo condenável. O fato é público e notório para quem quer que examine no próprio local. Comente-se mesmo por lá que existiria um preço "entre amigos", de 15 cruzeiros por mês e por cabeça; pago pelos criadores ao diretor da Estação, pela pastagem concedida.

Corroborando esses boatos, recorda-se que, foram expulsos em novembro do ano passado, as 99 famílias que tentaram uma segunda ocupação — foram vistos acorrendo ao patrimônio do Estado ou perturbando a ordem pública. Visavam, sim, fazer triunfar a justiça, expressa de forma brilhante no artigo 174 da

Constituição gaúcha. Isso foi conseguido incontestavelmente com a primeira ocupação, que hoje todos conhecem benéfica. Só não foi conseguido na segunda ocupação, porque lamentavelmente, sem que nenhum dos ocupantes ou seus acessores o soubessem, havia sido revogada — no mesmo ato da promulgação da lei 2.981 — a lei mais ampla anterior de nº 2.850. Foi um erro do legislativo gaúcho, que agora uma plêiade de deputados se dispõe a corrigir, elaborando um novo projeto que venha a doar gratuitamente as terras às 99 famílias restantes.



Nossa reportagem ouviu os agricultores de Taquari «Diziam que essa terra não dava planta, — comentam eles — mas aquilo é que é terra do pobre, porque colhemos com fatura, sem adubo, toda a qualidade de planta: desde o milho, a batata doce e inglesa, o feijão, a soja, e até o trigo em adubo. Quando eles mostraram a um engenheiro-agrônomo da Estação de Pomicultura o trigo que colham, eles olhou, e, vendo os grãos tão bonitos, exclamou: «Mas isso foi com adubo! E não era com adubo, não.»

Constituição gaúcha. Isso foi conseguido incontestavelmente com a primeira ocupação, que hoje todos conhecem benéfica. Só não foi conseguido na segunda ocupação, porque lamentavelmente, sem que nenhum dos ocupantes ou seus acessores o soubessem, havia sido revogada — no mesmo ato da promulgação da lei 2.981 — a lei mais ampla anterior de nº 2.850. Foi um erro do legislativo gaúcho, que agora uma plêiade de deputados se dispõe a corrigir, elaborando um novo projeto que venha a doar gratuitamente as terras às 99 famílias restantes.

Constituição gaúcha. Isso foi conseguido incontestavelmente com a primeira ocupação, que hoje todos conhecem benéfica. Só não foi conseguido na segunda ocupação, porque lamentavelmente, sem que nenhum dos ocupantes ou seus acessores o soubessem, havia sido revogada — no mesmo ato da promulgação da lei 2.981 — a lei mais ampla anterior de nº 2.850. Foi um erro do legislativo gaúcho, que agora uma plêiade de deputados se dispõe a corrigir, elaborando um novo projeto que venha a doar gratuitamente as terras às 99 famílias restantes.



O Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul está mal informado quando declara à Assembléa Legislativa que as terras de Taquari são vacuas e cavalares se dão por deficiência dos tapumes da «Fazenda Lemmertz». Na verdade, os povos que lá vivem são os que têm mais gado. Tudo indica que o gado é levado a pastar pelos criadores vizinhos, com pleno conhecimento e concordância do diretor da Estação de Pomicultura. É um favoritismo condenável, que contrasta com o rigorismo aplicado contra os agricultores pobres, que cultivam e fazem produzir as terras antes abandonadas.

Como explicar, por exemplo, o caso do fazendeiro Francisco Souza, — abastado criador em Triunfo, que fica do outro lado do rio — ter gado seu pastado na «Fazenda Lemmertz» em vacuas.



Da esquerda para a direita: — Deputado Jairo Brun (onda erguida), governador Meneghetti e deputado Arlindo Kunzler (de óculos). Os dois jovens deputados, em que pode estar a Assembléa em recesso parlamentar, deram todo apoio e atenção à comissão de Taquari, acompanhando-a na audiência com o governador.

PROBLEMAS de NOSSA POLÍTICA

A CONTRADIÇÃO PRINCIPAL E A DISPOSIÇÃO DAS FORÇAS SOCIAIS

As vistas que ora a dia se aprofunda a contradição entre a nação brasileira em luta por seu desenvolvimento independente e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, que buscam conservar e aumentar sua exploração e influência. Esse aprofundamento crescente é determinado por fatores objetivos e subjetivos internos, quer internacionais.

No plano mundial temos: as contradições que dilaceram os países imperialistas e a vida interna dos Estados Unidos; a influência do fortalecimento crescente do sistema socialista mundial e da unidade do movimento comunista no mundo inteiro; a desagregação continuada do sistema colonial do imperialismo e a pujança do movimento de libertação dos povos afro-asiáticos; o ascenso do movimento emancipador e democrático da América Latina; a existência enfim de uma vasta zona de países amantes da paz e de um poderoso movimento de massas dos povos pela paz. As profundas transformações históricas e os radicais deslocamentos na correlação de forças na arena internacional a favor da democracia, do socialismo, da paz e da libertação nacional dos povos oprimidos pelo imperialismo, levam ao isolamento das forças agressivas dos imperialistas ianques, como centro da reação mundial, bem como ao desmascaramento crescente e aos sucessivos fracassos de sua política de atentados à soberania dos povos, de corrida armamentista e preparativos para uma terceira guerra mundial. Por isto afirma a Declaração dos PP. CC. e Operários dos países socialistas: "Com sua política, essas forças imperialistas agressivas e antipopulares prepararam elas mesmas, a sua morte, criam elas mesmas, o coqueiro que as enterrará". Essa situação internacional altamente favorável e que entra num novo momento de reviravolta, cuja característica essencial é a supremacia real das forças do socialismo sobre as forças do imperialismo, reflete-se positivamente em nosso país, influenciando o crescimento das forças ant imperialistas e democráticas e estimulando suas lutas e sua unidade.

No quadro da situação nacional verificaram-se: a pressão e os atentados do imperialismo ianque, que continua a dominar posições-chaves em ramos fundamentais da economia brasileira; a penetração econômica, que não cessou, dos monopólios americanos, não obstante as derrotas que vêm sofrendo; as tentativas dos círculos agressivos dos imperialistas norte-americanos para vincular o Brasil aos seus preparativos bélicos e planos de uma terceira guerra mundial; o nosso crescente desenvolvimento econômico e social; o processo de democratização da vida política do país como uma tendência permanente e não temporária; o elevado grau que vem alcançando o desenvolvimento e a ampliação das lutas e da unidade das forças nacionalistas e democráticas; a participação cada vez mais combativa do proletariado nas lutas democráticas e patrióticas.

Dentro destas circunstâncias internacionais e nacionais, onde predominam os fatores favoráveis à independência e democratização do nosso país, e que se verificam os crescentes choques entre a nação brasileira em luta por seu desenvolvimento e os imperialistas ianques e seus agentes internos, que tudo fazem para conservar e aumentar a sua exploração e a sua influência. Esta é a contradição principal na presente etapa de nossa história.

Na verdade, para realizar a sua política de exploração, o imperialismo ianque conta com o apoio ativo de uma infima minoria, que se contrapõe aos interesses da nação brasileira. Essa minoria, que serve aos interesses dos imperialistas americanos, é formada fundamentalmente pelos setores dos latifundiários ligados à exploração imperialista norte-americana, por numerosos intermediários do comércio exterior, pelos sócios das empresas controladas pelos monopólios ianques e por determinados agentes bancários e comerciais. Tais são as forças principais do entreguismo, que agem dentro e fora dos limites do aparelho estatal, e sustentam a política de dependência ao imperialismo ianque.

Contra as forças principais

da nação, a exemplo do petróleo, e defendida vitoriosamente a legalidade constitucional.

Atualmente, essa frente única adquire novas formas e se amplia. Já está a frente única que se desenvolve com êxito na defesa da indústria nacional de lataria e contra as pretensões da América Can. Importante também é o movimento unitário e de escala nacional em defesa do Banco de Crédito da Amazônia e do monopólio estatal do mercado da borracha e contra os grupos monopolistas ianques que operam com esse produto estratégico. Outros setores nacionais mobilizam-se e unem-se para libertar a indústria nacional de calçados do domínio da United Shoe, que a sufoca há 40 anos. Mais vasta ainda é a frente única que se levanta na defesa do café, no apoio à política traçada neste sentido pelo governo e contra as especulações das firmas norte-americanas no mercado interno e externo. Não menos ampla é a frente única

da nação brasileira e contra essa política entreguista e de dependência aos monopólios norte-americanos se opõem, porém, forças realmente poderosas. Essas forças são indicadas com clareza na Declaração Política do Comitê Central:

— O proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação

— os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista.

— a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades, a virtude dos fatores de atraso do país.

— a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.

— os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo ianque, originadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado mundial ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno.

— os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos e que são por estes prejudicados.

É evidente a extrema heterogeneidade dessas forças, não podendo deixar, por isso, de apresentar os interesses divergentes ou contraditórios. Mas é evidente também que todas as possuem motivos reais para se unirem contra a política de dependência e submissão ao imperialismo ianque. Muitas dessas forças, aliás, vêm marchando, há o tempo, em frente única na defesa de uma política nacionalista para o petróleo, os minerais estratégicos e a energia elétrica, bem como na defesa do Nordeste, da Amazônia e da indústria nacional. Nesses terrenos têm obtido êxitos importantes. Não só foram derrotados planos e investidas dos monopólios dos Estados Unidos em várias oportunidades, como também assegurada uma orientação independente em algumas esferas importantes da eco-

que se estende exigindo, cada dia com maior vigor, o restabelecimento de relações com a União Soviética e a China Popular e outros países socialistas.

De uma ou de outra forma, portanto, essas forças se unem mais e mais e exigem medidas que assegurem a realização de uma política externa independente e de paz e um desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, num clima de legalidade constitucional e democrática estável. Quanto mais se ampliar e fortalecer a unidade neste sentido, melhores serão as condições para infligir maiores derrotas à política entreguista.

Além disso, os duros golpes que as forças imperialistas recebem das duas frentes de luta compostas pelas forças do campo socialista e pelas forças nacionais que combatem pela independência nacional de seus países, contribuem de modo decisivo para que sejam conseguidos novos êxitos na luta emancipadora do nosso povo.

As condições nacionais e internacionais indicam, portanto, que existem possibilidades reais e imensas para impor uma derrota completa à política de dependência e submissão ao imperialismo ianque e para garantir um caminho pacífico ao desenvolvimento independente, progressista e democrático da nação brasileira.

VIDA dos Partidos COMUNISTAS e OPERÁRIOS

SAUDAÇÃO DO C.C. DO PCUS A CONFERENCIA DOS CINEASTAS SOVIÉTICOS

Em março último, realizou-se, em Moscou, uma Conferência dos Cineastas da União Soviética, à qual o C.C. do PCUS enviou uma saudação. Entre outras coisas, o C.C. do PCUS "expressa sua confiança de que os cineastas soviéticos criarão novas películas que reflitam profundamente, com inspiração, a vida do povo e a grandeza da obra histórica dos trabalhadores do país soviético, construtores do comunismo".

O P.C. Egípcio Unido Desmascara Divisionistas

O Bureau Político do P. C. Egípcio Unido, numa resolução datada de 24 de janeiro último, informa do trabalho de elementos divisionistas, que terminaram por organizar um partido, ao qual denominaram Partido Comunista Egípcio (bolchevista). Esse partido, resultou da união de dois grupos divisionistas: do grupo "Vanguarda Democrática" e do grupo "Unidade dos Comunistas", ambos constituídos de elementos tráfugas dos movimentos que haviam formado o Partido Comunista Egípcio Unido.

A Resolução do Bureau Político acentua: O Bureau Político do Partido Comunista Egípcio Unido condena severamente a constituição do partido denominado Partido Comunista Egípcio (bolchevista), surgido logo após a unidade realizada pelo movimento comunista no Egípto. O Bureau Político acusa este movimento de querer sabotar a unidade do movimento operário e romper a unidade da frente nacional no Egípto, atacando o seu governo patriótico e indicando Abdel Nasser como "agente a soldo do imperialismo americano". A linha esquerdista e provocadora deste movimento divisionista nos obriga a tratar tal movimento como venético ao imperialismo e aos seus agentes e a denunciá-lo com energia.

Vitória do P.C.F. numa Eleição em Marselha

O PCF conseguiu um brilhante sucesso nas eleições legislativas parciais, realizadas a 3 de fevereiro último, em Marselha e em dez comunas limítrofes para designar o sucessor do deputado comunista Aristofol,

ADAM RAPACKI

As propostas do governo polonês sobre a criação de uma zona desatomizada na Europa Central são hoje conhecidas mundialmente sob o nome de Plano Rapacki. Quem é o autor desse Plano?

Adam Rapacki, atual ministro das Relações Exteriores da Polónia, é filho de um destacado dirigente do movimento cooperativo polonês e nasceu em 1909. Ainda estudante secundário, começou a atuar nos círculos socialistas juvenis. Ao ingressar na Escola Superior do Comércio, filiou-se à União da Juventude Socialista Independente e à Aliança da Juventude Operária, organizações orientadas pelo Partido Socialista Polonês. Terminados os seus estudos, trabalhou até 1939 principalmente no movimento cooperativista. De 1939 a 1945, esteve internado nos campos de concentração nazistas, nos quais participou na organização do movimento antifascista.

Depois da guerra, Rapacki fez parte do Conselho Geral e do Comitê Executivo Central do Partido Socialista Polonês, sendo membro da sua Comissão Política a partir de maio de 1948. Simultaneamente, desempenhou importantes cargos de direção no movimento cooperativista. Com a fundação do Partido Operário Unificado Polonês, em dezembro de 1948, passou a pertencer ao seu Comitê Central. Em 1949 foi eleito vice-presidente do Comitê Nacional de Partidários da Paz. De 1947 a 1950, foi ministro da Marinha Mercante e de 1950 a 1956 foi ministro do Ensino Superior.

Atualmente, Rapacki é membro suplente do Bureau Político do Conselho Central do Partido Operário Unificado Polonês e deputado à Dieta da República Popular Polonesa. Em 27 de abril do ano passado, a Dieta aprovou várias modificações no Conselho de Ministros. Entre estas, figurou a nomeação de Rapacki para novo ministro das Relações Exteriores. O Plano Rapacki, exposto pela primeira vez ante a Assembleia Geral da ONU, a 2 de outubro do ano passado, já conta hoje com o apoio de grande número de países e dos partidários da paz de todo o mundo. Na verdade, a criação de uma zona desatomizada na Europa Central representará um importante alívio na tensão internacional e contribuirá para negociações ainda mais amplas em torno do desarmamento e de outros problemas necessários à manutenção da paz mundial.

povo; libertar todos os presos políticos.

— proteger e desenvolver as indústrias nacionais, a agricultura e o comércio; melhorar e desenvolver os organismos culturais; pôr em vigor a educação para todos; melhorar o nível de vida do povo.

— acabar a guerra, revogar as leis de exceção e realizar a paz por todo o país.

Este programa, com os compromissos que ele comporta, pode dar solução aos problemas que se colocam perante a Federação Malaia. Nesta base e com os indispensáveis acordos, os patriotas malaios estão dispostos a depôr as armas e dispersar as forças do exército de libertação.

Para permitir a aplicação deste programa e se definir as condições dos acordos, Chin Peng, secretário geral do Partido Comunista da Malásia, enviou uma carta à Tengku Abdul Rahman, primeiro ministro malaio.

O P.C. da Malásia Apela Para a Paz Interna

Falta muito para que a independência da Federação Malaia, proclamada em 31 de agosto em Kuala Lumpur, tenha assegurado ao nível Estado uma base política sólida. O nascimento da Federação Malaia, cuja política externa ainda continua submissa ao imperialismo britânico, constitui somente o primeiro passo para a vitória do povo malaio depois de nove anos de lutas encarnicadas. A marca do colonialismo ainda está travada em todos os domínios.

Antes de mais nada, para a ampliação e consolidação da independência, é preciso que cessem as lutas intestinas e que, entre as diversas comunidades étnicas, reine a unidade.

Para atingir esses objetivos, o Partido Comunista da Malásia lançou um manifesto, dirigido a todas as comunidades da Federação Malaia. O programa proposto é o seguinte:

— fortalecer e salvaguardar o estatuto independente de nosso país; perseguir uma política externa independente, de paz e de neutralidade; estabelecer relações diplomáticas com todos os países; não se aliar a nenhum bloco militar; unir-se aos países afro-asiáticos e cooperar com eles; promover a incorporação de Singapura à Federação Independente da Malásia.

— incentivar a unidade e a assistência mútua entre os malaios, os chineses, os indianos, etc.; sob a direção dos malaios, proteger os direitos e interesses legítimos das diferentes comunidades do país.

— salvaguardar os direitos democráticos e as liberdades do

Declarações Do Secretário Geral Do P.C. Indonésio

Em declarações publicadas no jornal "Harian Rakjat", o camarada Aidit, secretário geral do P. C. da Indonésia, disse que a luta armada dos rebeldes da sumatra Central mostra que as atividades traiçoras dos reacionários internos da Indonésia, ajudados pelos imperialistas, alcançou o seu climax. Aidit afirmou que as regiões onde os elementos traiçores se haviam entrenchado já vinham sendo usadas, por influência estrangeira, como base de agressão contra a República Indonésia. As atividades traiçoras não ameaçam apenas aquela parte da Indonésia mas colocam todo o território indonésio sob o perigo do ataque do inimigo atual.

Aidit declarou que se devem tomar medidas firmes e urgentes contra as atividades traiçoras da camarilha de Sjafrudin e Hussein e de seus sustentáculos. A hesitação não solucionará a situação. Ao contrário, dará mais oportunidades à influência estrangeira para ajudar os traidores, bem como estimulará as tendências separatistas e os distúrbios no país. Isto só favorecerá aos colonialistas holandeses, que estão ávidos por ocasiões propícias para atacarem a República Indonésia.

Aidit apelou para a mobilização e a unidade mais ampla de todas as forças que apoiam o governo central da Indonésia, a fim de que seja esmagado rapidamente o complot dos traidores.

O Povo Fluminense Homenageia Prestes

No ginásio Cato Martins, em Niterói, o povo fluminense homenageou, no domingo último Luiz Carlos Prestes e Anita Leocádia. Milhares de pessoas participaram da homenagem e os populares desfilaram, durante duas horas, para abraçar Prestes. Ao entrar no estádio, Anita e seu pai foram recebidos com uma chuva de pétalas de rosas. Inúmeras personalidades estiveram presentes à festa que consistiu de churrasco e animado «show» de que participou Dalva de Oliveira.



APOSENTADORIA INTEGRAL ATÉ PRIMEIRO DE MAIO

ENVIADA MENSAGEM PRESIDENCIAL À CÂMARA DE DEPUTADOS, PROPONDO APOSENTADORIA AOS 55 ANOS DE IDADE E 35 DE SERVIÇO

Já se encontra na Câmara de Deputados, para exame e aprovação, a mensagem do Presidente da República estendendo a todos os trabalhadores os benefícios da Lei 3.322, de 26 de novembro de 1957 e que assegurou aos bancários aposentadoria aos 55 anos de idade e 30 anos de serviço, com vencimentos integrais.

Cumpriu assim o Sr. Juscelino Kubitschek uma promessa feita ainda durante a sua campanha eleitoral e o compromisso assumido pessoalmente pelo Sr. João Goulart, vice-presidente da República, na sessão solene de encerramento da I Conferência Sindical Nacional.

A luta pela aposentadoria integral vem sendo travada por todas as categorias profissionais e nestes últimos meses, constituiu a bandeira de uma intensa atividade dos comerciários cariocas.

TEXTO DO PROJETO DE LEI

Acompanhando a mensagem presidencial, que foi entregue solenemente à Mesa diretora da Câmara de Deputados, na presença dos líderes de todos os partidos políticos, foi enviado o projeto de lei, que trata do assunto. Transcrevemos o texto desse documento:

Art. 1º — São estendidos aos segurados de todos os Institutos de Previdência Social os benefícios do art. 3º e respectivos parágrafos, da Lei nº 3.322, de 26 de novembro de 1957.

Art. 2º — Para atender às despesas da presente lei, ficam acrescidas de 1% as taxas de contribuições dos segurados, dos empregadores e da União, para os Institutos de Previdência Social.

Art. 3º — Fica ressalvada a situação dos segurados que, em razão da lei específica, percebem proventos superiores aos previstos no art. 1º.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A LEI DOS BANCÁRIOS

A lei aprovada em fins do ano passado e que veio beneficiar a grande categoria dos bancários, abriu caminho para a extensão da aposentadoria a todos os trabalhadores brasileiros. A referida lei, que tomou o número 3.322, afirma em seu art. 3º:

«A aposentadoria ordinária será concedida ao segurado que contar no mínimo 55 anos de idade e 30 de serviço em estabelecimentos ou entidades cujos servidores estejam vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, desde que tenha contribuído para o mesmo Instituto, ininterruptamente, pelo menos durante os últimos cinco anos, contados da data em que requere

rer a aposentadoria ordinária. Parágrafo 1º — A aposentadoria a que se refere este artigo consistirá numa renda mensal vitalícia cujo valor corresponderá a 80% da média dos salários da contribuição dos 36 meses anteriores à respectiva concessão.

Parágrafo 2º — Para o segurado maior de 55 anos, o valor da aposentadoria calculada na forma do parágrafo anterior, será acrescido de 4% por cada ano de idade, não podendo entretanto ultrapassar a média dos salários de contribuições que serviram de base para o cálculo da aposentadoria».

A aprovação, em caráter de urgência, do projeto que acompanha a mensagem do sr. Juscelino Kubitschek, concedendo a aposentadoria, não implica na cessação da luta

dos trabalhadores de todo o país pela aprovação da nova Lei Orgânica de Previdência Social já aprovada por unanimidade pela Câmara Federal e que ora se encontra no Senado.

Uma das importantes questões de que trata este último projeto é justamente aquela que institui o monopólio estatal na exploração dos seguros sociais. Isso está omitido no projeto de aposentadoria, tendo-se comprometido o líder do PTB, sr. Fernando Ferrari, no mesmo dia em que a mensagem era recebida, a apresentar emenda no sentido de que ficasse assegurado ao Estado o monopólio dos seguros de acidente no trabalho.

APROVAÇÃO ATÉ 1º DE MAIO

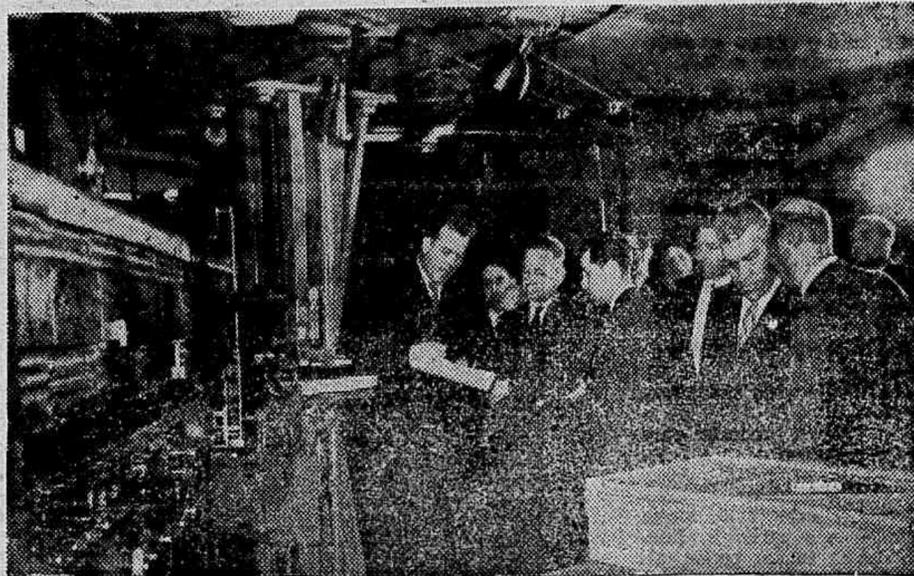
Os trabalhadores brasileiros estão convencidos que será cumprido o compromisso do governo e dos líderes partidários, de enviar todos os esforços para que o projeto de aposentadoria se transforme em lei até o próximo dia 1º de Maio.

Seria assim uma expressiva vitória, o coroamento de uma campanha de vários anos, em defesa de uma velhice assegurada e pela compensação de dezenas de anos de trabalho.

Regosijo Pela Criação da República Árabe Unida



Foi realizada uma missa em ação de graças, na Igreja Autloguta de Moscou, pela formação da República Árabe Unida. Após a missa, o bispo Vasilios (à direita, pronunciou um discurso. A esquerda vemos o patriarca Alexia (Foto da Agência Tass)



Na visita que fez, recentemente à União Soviética, o sr. Dag Hammarskjöld visitou inúmeros estabelecimentos industriais e científicos de Moscou. Neste foto da agência TASS, vemos quando o Secretário-Geral da ONU visitava o Centro Internacional de Pesquisa — o Instituto Unido de Pesquisa Nuclear, localizado na cidade de Dubna.

EM TODAS AS LIVRARIAS

Um livro publicado em 1893 e ainda da mais candente atualidade

A ILUSÃO AMERICANA

de EDUARDO PRADO

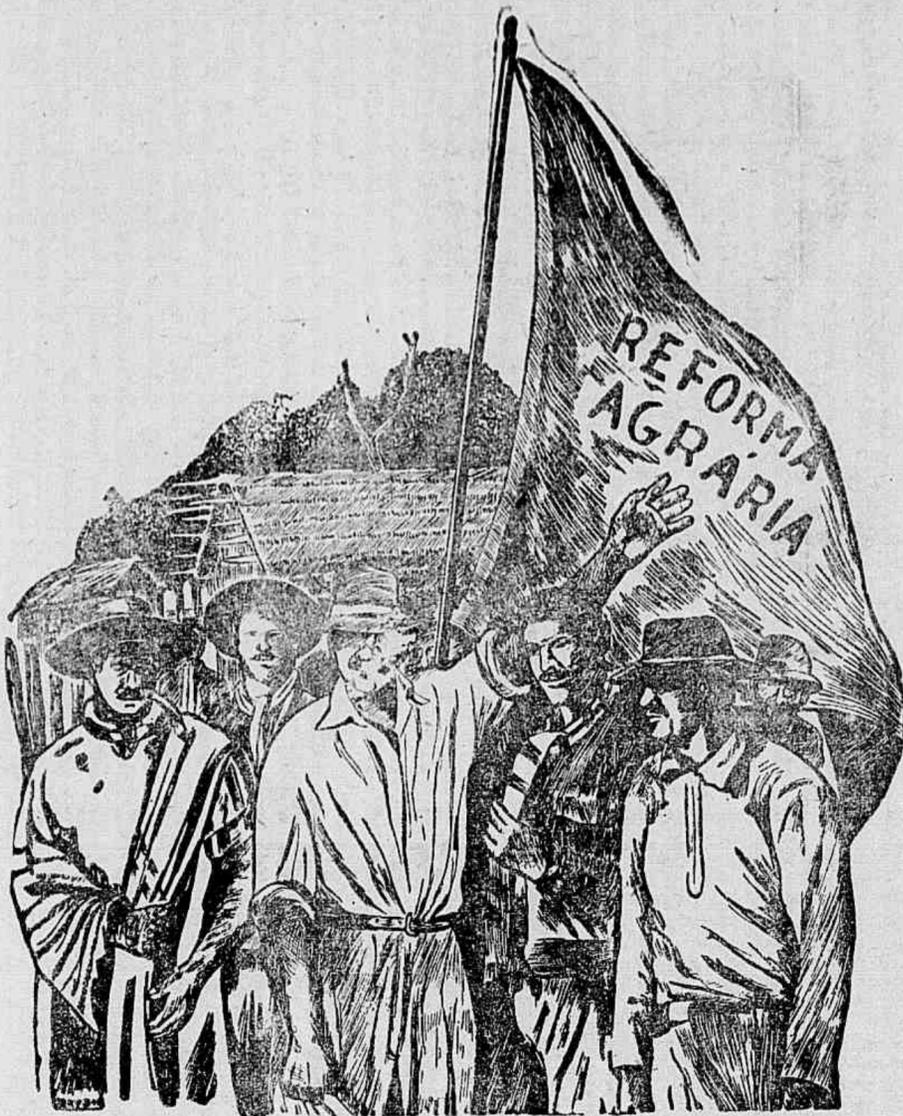
Um estudo da política internacional dos Estados Unidos, em função das forças em expansão de sua economia.

EDITORA BRASILENSE LTDA.

R. São José, 90 — Sala 2601 — Rio de Janeiro
R. Barão de Itapetininga, 93 — São Paulo

I Conferência de Lavradores do Distrito Federal

MANIFESTO E TEMARIO DO CONCLAVE, QUE SE INICIARA NO DIA 25 PRÓXIMO



Em 25 de abril do mês corrente, realizar-se-á a I Conferência de Lavradores do Distrito Federal. As sessões da conferência serão levadas a efeito no recinto da Câmara de Vereadores.

A Comissão Organizadora do conclave lançou um manifesto, que a seguir reproduzimos:

«Lavradores do Distrito Federal, tendo em vista a situação de verdadeira penúria a que chegou a lavoura entre nós, aproximando-se de uma quase catástrofe, em face do seu completo desaparecimento e dos incalculáveis reflexos sobre toda a população carioca, conscientes das suas responsabilidades, como parcela que são dos fatores de criação da riqueza e do desenvolvimento de nossa terra, resolveram convocar essa I Conferência de Lavradores do Distrito Federal, para a discussão das suas reivindicações e a amplitude todos os aspectos da nossa economia agrária.

Certos de que o custo de vida é, em grande parte, decorrente do maior ou menor custo de produção e tendo em vista que o completo abandono e a desorganização da lavoura impossibilitam uma participação efetiva dos trabalhadores rurais na massa consumidora e uma colaboração positiva na solução dos problemas que agravam esse custo de vida, pretendem nessa Conferência dar uma contribuição objetiva e honesta a fim de que, com o seu auxílio, os Poderes Públicos possam vir em socorro da laboriosa e patriótica classe dos lavradores e, conseqüentemente, em ajuda de toda a nossa população.

Esse acontecimento, pela sua magnitude e premência, é daqueles que devem contar com a simpatia e com o apoio de todos os habitantes da Capital Federal, lavradores de todas as categorias, trabalhadores da indústria, industriais, donas de casa, intelectuais, políticos e enfim, de todos os verdadeiros patriotas que desejam ver, acima de quaisquer interesses, a melhoria da situação dessa laboriosa classe e de todo o nosso povo.

Um rápido retrospecto na situação da lavoura no Distrito Federal nos mostra a grosso modo a situação em que nos encontramos.

Em 1940 o campo produzia 80% do consumo carioca

Em 1950 só produziámos 17%

Em 1955 a produção se reduzia a 7% do consumo

Em 1957 caía para apenas 5%

A área cultivada no Distrito Federal foi decrescendo:

Em 1920 era de 51.419 hectares

Em 1940 era de 48.578 hectares.

Em 1950 era de 39.663 hectares.

Em 1955 se reduzia para 29.830 hectares.

As causas dessa situação de quase extermínio foram numerosas e variáveis. Dentro dessas causas porém, algumas são constantes e ainda atuais:

a) O loteamento desenfreado e anti-econômico, ocasionando a valorização astronô-

mica e fictícia das terras e a grilagem com toda a sorte de aventuras, esbulhos, violências, coações, roubos, etc... por parte de indivíduos, «companhias» e até «bancos» poderosos e desonestos, gerando uma situação de desassossego e instabilidade para os lavradores que, escoraçados por todos os lados e ainda, dado o elevado preço, não podem comprar terras para lavar e ficam reduzidos a condições de párias da sociedade.

b) A falta de assistência técnica, econômica, e social por parte do Poder Público que, até hoje, não encontrou uma fórmula capaz de garantir para o lavrador um mínimo de vantagem da técnica moderna, um meio prático de conceder-lhe os benefícios do crédito agrícola e de tornar extensivo ao homem do campo a assistência social.

c) A deficiência do nosso intercâmbio comercial com o exterior em face da falta de amplitude em nossas relações comerciais subordinando o valor de certos produtos aos interesses de apenas uma ou duas Nações, a exemplo do que aconteceu com a nossa lavoura de «laranjas» liquidada por falta de mercado.

d) Os contratos de arrendamento, unilaterais e escorçantes, realizados com proprietários desonestos e com grileiros e esbulhadores, que não oferecem quaisquer garantias aos lavradores, especialmente quanto aos prazos, impossibilitando-os de desenvolver a lavoura, de realizar benfeitorias e até de residir no local do trabalho.

Em face dessas causas, fatores determinantes da nossa atual conjuntura agrária, e buscando solucionar, equacionar ou indicar soluções aos governantes que estabelecem o seguinte temário:

1) Solicitar do Congresso Nacional a aprovação de lei que garanta os direitos de proprietários a todos os posseiros que há 10 anos venham trabalhando na terra tornando-a produtiva.

2) Solicitar à Câmara Municipal a aprovação de lei

proibindo o loteamento de terras de lavoura e estabelecendo uma faixa periférica de terras destinadas exclusivamente para a agricultura a fim de garantir o futuro abastecimento do Distrito Federal.

3) Colaborar com os Poderes Públicos no sentido de encontrar uma fórmula que regule o funcionamento harmônico de assistência técnica dos «postos» da Secretaria Geral de Agricultura da P.D.F. e do Ministério da Agricultura às entidades de lavradores.

4) Solicitar providências práticas e imediatas para que o Banco da P.D.F. e a Carteira Agrícola do Banco do Brasil prestem assistência econô-

que tanto retardam esses processos.

8) Reivindicar para as Associações legalmente constituídas e atuantes o direito de credenciar seus Associados para obter junto à Secretaria da Agricultura da P.D.F. a carteira de Lavrador reservando-se outrossim a essas Associações prerrogativas para fiscalizar os que realmente exercem a profissão de lavrador.

9) Solicitar ao Congresso lei que revogue os artigos 371 e seguintes do Cod. de Proc. Civil, impedindo os despejos coletivos de Lavradores não se admitindo em nenhuma hipótese medida liminar com FRÁGIL JUSTIFICAÇÃO e sem prévia audiência da parte. Lei essa que deve estabelecer que qualquer ação possessória deve ser antecedida de vistoria para verificar se há coincidência entre o título de domínio e da posse, se há benfeitorias, a natureza e o valor dessas benfeitorias.

10) Instituir uma comissão permanente encarregada de atuar junto aos Poderes Públicos a fim de que seja tornada extensiva, por qualquer forma aos trabalhadores do campo a legislação social. Esta comissão ficará encarregada dos estudos preliminares para realização da Reforma Agrária no Distrito Federal quando se constituir o Estado da Guanabara.



ca aos lavradores sem os entraves burocráticos e excluídas as exigências impossíveis de serem atendidas pelos posseiros meeiros, e arrendatários.

5) Reivindicar de S. Excia. o Sr. Prefeito do Distrito Federal, o cumprimento da promessa de que os lavradores por intermédio de representantes de suas Associações participariam na confecção de tabelas de gêneros perecíveis.

6) Solicitar da Câmara dos Vereadores e demais órgãos da Administração Municipal providências imediatas para aplicação dos fundos da lei 899 de 28 /12/57 nos setores de Educação, Saúde e Assistência, iluminação, urbanização, águas e esgotos na zona rural nos locais que oportunamente serão indicados.

7) Solicitar ao Congresso Nacional elaboração de Lei que regularize e abrevie o processamento do Usocapeão dos posseiros rurais a fim de evitar as chicanas jurídicas

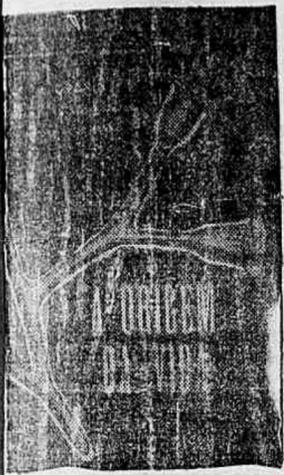
Debatidas e discutidas pela Conferência, as teses serão codificadas numa espécie de Carta dos Lavradores do Distrito Federal em favor da qual eles lutarão com ardor e espírito unitário, apoiados por todos os patriotas, pelo povo em geral a fim de que possam com segurança alcançar os seus justos objetivos.

A Conferência representa uma etapa de um problema maior e definitivo qual seja a REFORMA AGRÁRIA, única maneira de forjar através de um grande desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária um poderoso mercado interno capaz de absorver os produtos de nossa crescente indústria, fator imprescindível na luta pela libertação nacional.»



A BATALHA da DIFUSÃO

Não está satisfazendo a difusão no Distrito Federal. Depois de um período de relativa estabilidade, nota-se que do número 457 para cá houve uma queda de cerca de 25%, sem incluir a diferença para menos nas quantidades da Orla Marítima. Seria justo procurar-se as razões da diminuição nas vendas, desde que o aumento verificado nas bancas pouco deve ter influido nesses resultados. Ex-ro 450 que publicou a Declaração.



A queda mais acentuada se registrou nas quantidades da Orla Marítima, a partir do número 459, quando foram retirados a menos cerca de 50%. Nessa mesma condição está Bangu, levando apenas 20% das suas antigas quantidades. Pior ainda está a agência de Bento Ribeiro, que não dá sinal de vida desde fevereiro. Uma outra agência que vem caindo desde o número 453 é uma dos setores da Carris, que está levando apenas 45% de sua capacidade anterior. A agência CDF não apanhou as edições 460 e 461. A de Copacabana reduziu em 33%, suas quantidades. Em Deodoro também as quantidades vêm caindo desde a edição 448, estando em apenas 39% do que era anteriormente. Mesquita desde o número 460 reduziu sua quantidade em mais de 33%. A agência da Ilha do Governador baixou sua cota em 25%. Inhauma desde o número 451 não aparece. E Jacarézinho desde o número 454. Laranjeiras reduziu sua cota em mais de 40%, assim como Madureira-Irajá está levando menos 15% e Méier 5%. E outras agências com quedas menores.

Mas há aquelas que se mantêm em progresso e há também as que, muitas vezes, a duras penas conservam o setor dos vagões da Light a 20%. Nilópolis em 50%, Jacarepaguá em mais de 20%, Leopoldina em mais de 10%, Madureira em cerca de 10%, Rio Comprido em mais de 20%, Saúde terceiro em mais de 25%. Estes os aumentos mais significativos. O certo é que se não forem tomadas providências no sentido de relaver as quantidades perdidas, será vão o esforço para regularizar as finanças de VOZ OPERÁRIA. Uma das medidas aconselhadas seria promover reportagens de bairros e de empresas, estimular a correspondência dos leitores e programar a difusão na base das matérias que VOZ OPERÁRIA publicar, a exemplo das experiências de São Paulo.

Agência Restabelecida: Nova Lima, Santos Dumont e Iperó.

Aumentos: Fortaleza mais 20% e Diamantina mais 12%.

Pagamentos de 9-4 a 15-4-58: São Paulo (2) Cianorte, Macaé (SA), Curitiba, Fortaleza, (CF), S. Dumont, Lins, Aquidauana, Campina Grande, Recife, S. J. Rio Preto, Itapeva (ASS.)

Vitoriosos Possesores de Cascavel

CASCADEL, Paraná — (Do Correspondente) — Os terrenos da Fundação Paranaense de Colonização e Emigração

ses, Grupos de latifundiários dessa região tenta aumentar o seu monopólio da terra, grilando-as impiedosamente em

detrimento dos interesses dos milhares de posseiros e da população.



em Campo Bonito, neste município, estão sendo medidos de acordo com uma planta feita pelo dr. Petrusa, engenheiro chefe autorizado por aquele Departamento. Como o sr. Alcyr Silva, agente da Fundação entrasse em gozo de férias, foi nomeado o sr. Bandeira para substituí-lo. Este envia o sr. Glacy para medir a referida gleba, obedecendo um novo projeto, subdividindo todos os terrenos dos posseiros. Dêsse modo, os que possuíam 40 alqueires ficariam com 18 alqueires; os que tinham 20 ficariam com 12 alqueires, etc.

No início dessa medição os posseiros protestaram e impediram mesmo, que o sr. Glacy continuasse. Em seguida, mais de 200 posseiros se dirigiram à Cascavel para levar o seu protesto ao escritório da Fundação. Entretanto, um mau elemento foi à polícia de Cascavel e denunciou a ida dos posseiros àquela cidade. Houve então uma correria de policiais para guardar o escritório da Fundação, como se os posseiros fossem cometer qualquer violência.

Todo esse aparato levou a que todos os posseiros da gleba 5 se unissem e em torno deles se formasse um movimento de simpatia do povo. Como consequência desse movimento houve vários entendimentos entre os homens da Fundação e o dr. Petrusa, exigiu e foi vitorioso que, para medição das terras, prevalecesse o seu projeto. Então o sr. Glacy voltou à gleba 5 para continuar a medição.

Assim, o incidente foi encerrado com a vitória dos posseiros. Mas a solução para tão palpitante problema, é sem dúvida, a entrega aos posseiros dos títulos de suas pos-

ESCREVEM-NOS OPERÁRIOS DE DIAMANTINA

Denunciam as Perseguições de Que São Vítimas na Fábrica «Antonina Duarte» — Lutam os Operários Para Organizarem o Seu Sindicato

N fábrica «Antonina Duarte», situada no bairro do Rio Grande, em Diamantina, tem havido, ultimamente muitas dispensas de operários. Os textos mais antigos na empresa são postos em «lista negra», fato revelado pelo sr. Lauro Fabiano, construtor da casa e perseguidor de operários a serviço da empresa. Os trabalhadores metidos nessa lista, por qualquer falta e muitas vezes por falta alguma, são jogados na rua, sem que a empresa lhes pague as indenizações a que tem direito. Ao reclamarem os seus direitos ao sr. Caetano Mascarenhas, gerente da fábrica, este diz que « não adianta vocês recorrerem a Justiça, pois fatalmente perdão a causa». Realmente, os trabalhadores de Diamantina não têm para quem apelar, quando se trata de defender seus direitos assegurados por lei. Em Diamantina não existem fiscais ou qualquer outra repartição do Ministério do Trabalho. A Justiça comum não tem a mínima boa vontade para atender aos trabalhadores e o promotor cria aos operários as maiores dificuldades, para que os mesmos desistam das questões com os patrões.

tam para criar o seu órgão de classe, porque sabem que quando estiverem organizados, será mais difícil aos patrões explorá-los como o fazem atualmente.

quando estiverem organizados, será mais difícil aos patrões explorá-los como o fazem atualmente.

Congratulações a Prestes

Ainda por motivo da revogação da prisão preventiva de Luiz Carlos Prestes, tem chegado em nossa redação cartas de congratulações com o líder dos comunistas brasileiros. Nesse sentido recebemos uma mensagem de ferroviários de S. Paulo na qual dizem aqueles interessados: «Enviamos-lhes nossos mais sinceros votos de congratulações e solidariedade, comprometendo-nos a cada vez mais consequentemente batalharmos pela ampliação das liberdades democráticas e pela completa independência nacional e acertada decisão.

De Paraguaçu Paulista, no Estado de São Paulo, recebemos do sr. Roque Soares de Almeida, uma carta na qual aquele democrata se congratula com Prestes e ao mesmo tempo com o Juiz Monjardim Filho, por tão patriótica e acertada medida.

DA CÂMARA DE ARAGARÇAS

Da Câmara Municipal de Aragarças, Estado de Goiás, recebemos um ofício endereçado a Luiz Carlos Prestes, comunicando-lhe que aquele legislativo havia aprovado unanimemente um voto de congratulações pela revogação da sua prisão preventiva e sua volta ao convívio dos seus compatriotas.



VII CONGRESSO NACIONAL DOS BANCÁRIOS

De 21 a 27 de abril de 1958
BELO HORIZONTE — Minas Gerais

AOS BANCÁRIOS DO BRASIL AOS TRABALHADORES EM GERAL

Em cumprimento ao deliberado no Congresso de Porto Alegre, realizado em outubro de 1956, convocamos a classe bancária do país, através de suas entidades representativas ou de delegados credenciados, a participar do VII CONGRESSO NACIONAL DOS BANCÁRIOS que, em homenagem a Tiradentes — Mártir da Independência — será instalado em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 21 de abril de 1958, prolongando-se até 27 do mesmo mês.

O Congresso tem por finalidade estudar, debater e apresentar soluções para os problemas de nossa corporação profissional no que tange, entre outras, a salário, condições de trabalho, previdência social, direitos e deveres, procurando solidificar cada vez mais a unidade de seus componentes, como fator primeiro de toda e qualquer conquista no campo econômico, social ou político.

Como integrantes de uma unidade maior, que não são os trabalhadores brasileiros, cujos problemas são também nossos, fazemos um convite especial às suas entidades representativas, para que nos honrem com delegações fraternais, a fim de assistirem ao Congresso.

Tudo por um grande conclave da classe bancária brasileira!
Viva o VII CONGRESSO NACIONAL DOS BANCÁRIOS!
Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 1958

Pela COMISSÃO ORGANIZADORA

- a) — Huberto Menezes Pinheiro — Presidente da Comissão Executiva Nacional dos Bancários.
- a) — Haldane Ribeiro Teixeira — Presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados de Minas Gerais e Goiás.
- a) — João Alves Vieira — Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte.

ENDEREÇO: — Rua dos Tamoios, 611 — 2º andar — Caixa Postal, 690

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: — UNIDADE BELO HORIZONTE MINAS GERAIS

DEPOIS DA INDUSTRIA. A AGRICULTURA

Proseguindo na Estrada Assinalada Pelo Vigésimo Congresso, Depois da Descentralização Industrial, Abre-se Agora na URSS a Perspectiva de Uma Profunda Reforma no Campo — Discute-se em Torno da Oportunidade de entregar-se Diretamente aos Colcoses as Estações de Máquinas e Tratores — Que Conseqüências Acarretará Tão Excepcional Medida Para o Aumento da Produção, da Produtividade e do Nível de Vida? Que Problemas Ideológicos e Políticos Serão Colocados em Conseqüência?

Na primavera de 1925, o primeiro trator, gíngando sobre o terreno, chegava ao sovcós "Chevchenko", uma fazenda estatal de 2.855 hectares, com 41 cavalos e 13 bois, situada na Ucrânia Meridional, a 60 quilômetros de Odessa.

O sovcós é, como se sabe, a fazenda estatal, enquanto que o colcós é a fazenda cooperativa.

O sovcós é, como se sabe, a fazenda estatal, enquanto que por camponeses pobres e por desmobilizados do Exército Vermelho e possuía, inicialmente, 486 hectares e poucos cavalos. Em cinco anos havia-se ampliado em superfície e recursos, mas quando surgiu o primeiro trator iniciou-se uma nova época. Os camponeses pobres das redondezas se aglomeraram, naquele dia de março, em torno aos tratores do sovcós, logo que estes começaram a aradura primaveril: "Veja, como aram e sem cavalos! Que coisas poderão fazer por nós!" — exclamaram aqueles camponeses que não possuíam sequer um cavalo para arar a terra.

Dois anos depois, em 1927, os tratores já eram vinte e executavam todos os trabalhos nos quais, antes, se empregavam os cavalos. Os camponeses pobres das vizinhanças dirigiram-se, então, à diretoria do sovcós, pedindo que lhes alugassem um trator para trabalhar a terra. A diretoria, depois de consultar a União Ucrâniana dos Sovcozes, concordou e, então, foi firmado um contrato para o aluguel de máquinas do sovcós aos camponeses. Evidenciou-se, porém, inconveniente a utilização das máquinas nas pequenas parcelas de terras. Colocou-se, assim, a questão de formar uma cooperativa. Depois de naturais hesitações e vacilações, os camponeses da aldeia vizinha ao sovcós decidiram-se a formar sua cooperativa, isto é, o colcós. Uma carta destes camponeses foi publicada no "Izvestia" de 22 de novembro de 1927. Nesta carta, diziam os camponeses que já não desejavam manter uma pequena economia agrícola, mas desejavam possuir uma grande fazenda socializada, na qual não sejam pequenas as sementeiras. Daqui e do XV Congresso do P.C. (b) da URSS, reunido logo após, teve início a grande campanha pela coletivização, que se desenvolveu na URSS nos anos seguintes e que, como todos sabem, atravessou fases dramáticas com a luta entre os camponeses pobres agrupados nas cooperativas e os camponeses ricos. Do sovcós "Chevchenko" surgiu, contudo, aquela que seria a grande arma da coletivização, a primeira estação de máquinas e tratores (E.M.T.). As EMT serviam aos colcoses que se organizavam com a sua ajuda e com o incentivo da utilização das máquinas. Após um ano e meio de experiência, um decreto do S.T.O. (Conselho de Trabalho e da Defesa) dava início à constituição organizada das EMT, que tinham como chefia um Traktorsentr (centro de tratores). Nos fins de 29, as EMT somavam 102 e em fins de 1930 já eram 158.

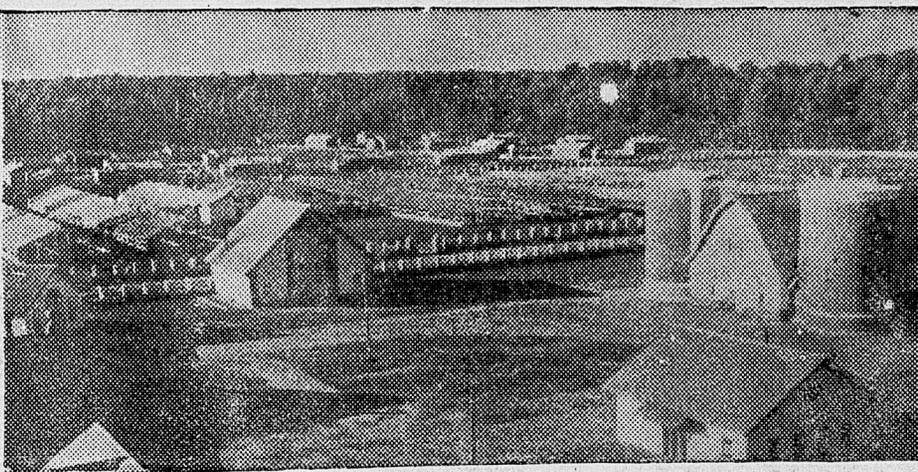
Assim se desenvolveu aqui o que devia ser um dos principais meios com que foi conduzida a luta pela coletivização no campo: o aluguel das máquinas, por parte do Estado, às fazendas camponesas que se uniam em propriedades cooperativas. Em dez anos, de 1928 a 1937, a coletivização estava concluída; em 1937, 83% das fazendas coletivas e essas fazendas abran-

giam 99.1% das terras cultivadas (em 1930, as cifras eram respectivamente, de 23.6% e 93.6%).

As EMT, porém, deveriam ser, além de um instrumento técnico, também o instrumento político da coletivização: a ponta avançada da classe operária no campo, a patrulha de vanguarda na luta contra os kulaks. Foram, por isto, criados centros políticos anexos às EMT: 17 mil funcionários do Partido bolchevique foram enviados, em dois anos (1933-1934) às EMT. Em conseqüência, também o número das estações cresce impetuosamente. As estatísticas soviéticas fornecem os seguintes números:

ano EMT	Tratores	Potência HP
1930	158	7.100
1940	7.069	435.400
		8.360.000

Em 1940, as EMT serviam à grande maioria dos colcoses e executavam três quartas partes dos trabalhos de aradura e metade dos trabalhos de colheita, para uma colheita total, ainda segundo as estatísticas, de 7,2 bilhões de puds (um pud equivale a cerca de 16 quilos).



O clichê mostra o núcleo central do sovcós de Gagry, na República Soviética da Georgia. Diferentemente dos colcós (fazendas agrícolas cooperativas), os sovcós são — como é sabido — empresas do Estado. Os sovcós já possuíam grandes máquinas agrícolas, mas os colcós somente agora vão adquiri-las.

Após as grandes perdas sofridas com a guerra, as EMT foram reaparelhadas e renovadas. Em 1954, seu número era de 9 mil, com tratores que possuíam uma potência total de 15 milhões de HP. O Pleno do Comitê Central do PCUS, de 1953 e o Pleno de fevereiro-maio de 1954 atribuem também às EMT uma função de guia no desenvolvimento agrícola no campo.

Estas são, brevemente, a história e a estrutura das EMT. Como pode ocorrer que se fale, agora, da liqui-

GIUSEPPE GARRITANO

dação, se bem que gradual, daquilo que até aqui era considerado como a ponte fundamental da construção do socialismo no campo e da sua transformação em oficinas de reparos?

Já por ocasião do XX Congresso, em fevereiro de 1956, haviam sido levantadas críticas ao funcionamento das EMT. No seu informe, Nikita Kruschiov tinha destacado que as EMT, apesar de tudo o que se havia feito para fortalecê-las, freqüentemente não se colocavam à altura das exigências. O sistema de financiamento das EMT, através do orçamento estatal, conduzia a fenômenos de falta de organização e de controle e a um certo desinteresse pela economia do trabalho e pelo emprego das máquinas.

CONTRADIÇÕES ENTRE O COLCÓS E A E.M.T.

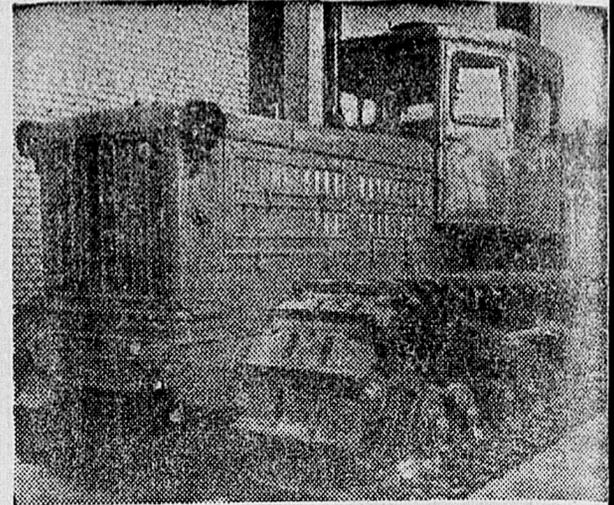
Kruschiov propunha, então, a passagem das EMT ao auto-financiamento. Agora, todavia, também esta se revelou uma medida insuficiente. As EMT, sem dúvida, contribuíram decisivamente para o desenvolvimento agrícola na URSS, constituindo um centro fundamental para o desenvolvimento "técnico" e "coletivo" da agricultura; mas, qual é a situação que vem de criarse, agora? O colcós, como é natural em qualquer fazenda, tem seu próprio plano e acompanha as exigências da produção: precisa de máquinas à sua disposição, para utilizá-las economicamente do melhor modo possível, segundo os objetivos da fazenda.

dos seus órgãos, uma duplicata de colcos: agrônomos e veterinários da EMT, agrônomos e veterinários do colcós às vezes, estão em polos opostos quanto à escolha e ao estabelecimento das culturas agrícolas.

De acordo com um inquérito feito recentemente por um jornalista especializado em assuntos agrícolas, Ivan Vinnitchenko, a manutenção das máquinas e do aparelhamento das EMT deixou muito a desejar, produzindo-se enormes perdas pelo desgaste do material, muitas vezes deixado ao relento, ao passo que os recursos técnicos dos colcoses são, em geral, melhor cuidados e postos em locais adequados. Outro fator importante é o modo diverso de pagamento de pessoal da EMT e do colcós: o primeiro recebe um salário fixo, além de produtos em espécie, fixado no contrato com o colcós, ao passo que o segundo é pago de acordo com a produção, o que o estimula mais para aumentar a produção.

VENDER MÁQUINAS AO COLCÓS

Como é fácil de perceber, de todos estes dados objetivos surgem contradições prejudiciais para o desenvolvimento da agricultura. Daqui, também, a necessidade de eliminar tais contradições. O modo de eliminá-las, indicado por Kruschiov no discurso pronunciado ante uma assembléia de trabalhadores da agricultura, em Minski capital da Bielorrússia, consiste, na



Máquinas como estas que vemos no clichê acima, hoje pertencem aos colcoses.

em simples oficinas de reparação e reposição de peças. Naturalmente, não é coisa tão simples como pode parecer: seja porque não existe um número correspondente de colcoses e EMT (cada EMT, em geral serve a vários colcoses), seja porque se trata de desmobilizar, com a eliminação das EMT, todo um aparelho técnico e burocrático centralizado. Mas, é exatamente nisto que consiste a audácia da reforma, que se situa, claramente, sobre a linha das decisões do XX Congresso.

A proposta, de qualquer modo e isto também é importante, será posta em discussão no Comitê Central, no Conselho de Ministros e entre toda a população colcosiana, que deverão expor seu juízo, de acordo com um método já iniciado com a reforma industrial.

A exigência de uma tal reforma, efetivamente, parte da base, como aparece claramente numa resenha que a revista soviética "Outubro" começou a publicar nos números de 11 e 12 (de novembro e dezembro) de 1957 e que continuou no número 1 de 1958. Aqui o jornalista Ivan Vinnitchenko traça um quadro bastante vivo da situação que se formou no campo, por causa da presença de "dois padrões": o presidente do colcós e o diretor da EMT.

Nas suas viagens através das zonas meridionais da URSS, Vinnitchenko pôde aperceber-se da necessidade de pôr fim a tal estado de coisas e escreveu na revista um longo artigo, intitulado "O tempo não espera", que suscitou grande interesse. Presidentes de colcoses, diretores de EMT e funcionários do Partido dirigiram ao autor do artigo uma série de cartas que, em substância, concordam com as suas críticas. O inquérito de Vinnitchenko revelou que em algumas localidades a "reforma" se realizou de fato; e em algumas zonas, como nas Repúblicas Bálticas, surgiu mesmo um fenômeno novo: o aluguel, por longo período de tempo (um a dois anos) das máquinas das EMT aos colcoses.

A RAZÃO ESTAVA COM O ECONOMISTA

Vinnitchenko trata a questão já pelo lado econômico-prático, já pelo lado teórico, se bem que pela boca de Venjer, o economista criticado por Stálin, em 1952, por haver proposto esta mesma reforma atual. É interessante assinalar como um economista, Venjer, e um presidente do colcós e da prática liquidam-se substancialmente de acordo.

O problema do fortalecimento de colcoses, Orlovski, isto é um da EMT já havia sido colocado em 1951, mas fora então encerrado por Stálin que, criticando os economistas Venjer e Sanina (esta última também

economista e, posteriormente, esposa de Venjer), declarou: 1) que os colcoses não podiam arcar com as despesas da compra de máquinas; 2) que as EMT garantiam o incessante desenvolvimento da técnica, coisa que com a aquisição das máquinas pelos colcoses, estes não estariam em condições de fazer (são, assim, dois motivos de ordem econômica); 3) que a EMT, como os sovcoses) representa a propriedade estatal "de todo o povo", enquanto que o colcós representa a propriedade cooperativa, forma "inferior" à primeira (motivo de caráter ideológico). Portanto, a EMT não deve ceder terreno ao colcós.

Não queremos aprofundar-nos aqui, na discussão teórica: limitamo-nos a reproduzir, à parte as declarações de Venjer, como as encontramos na revista "Outubro". Entretanto, parece que o caminho certo é o do desenvolvimento da propriedade socialista colcosiana: aquela tendente a fazer de todos os colcoses grandes fazendas economicamente saudáveis, que deem um grande impulso ao aumento da produção e à produtividade, à base do reconhecimento das leis econômicas objetivas que regem a produção: a lei do valor e o custo da produção. Somente sobre esta base poder-se-á pensar, depois, na passagem da propriedade cooperativa a uma fase mais elevada. Para isto, porém, se exigirá tempo, ainda.

Neste sentido, não se pode subestimar a importância desta reforma, pois que ela tem em vista dar aos colcoses a possibilidade de se tornarem centros de produção moderna e, portanto, de um ulterior desenvolvimento cultural no campo. Só assim será possível criar no campo, no futuro, condições que se aproximem daquelas da vida na cidade.

No que diz respeito às repercussões políticas que uma reforma desse porte poderá trazer, é difícil falar, sobretudo quando a reforma foi colocada apenas em suas linhas gerais. Pode-se dizer que já é interessante o modo pelo qual a questão foi colocada: com justas reservas com o convite a não proceder segundo esquemas, mas a tratar a realidade na sua múltipla conexão, a discutir amplamente. As propostas da reforma têm um motivo de caráter econômico: o aumento da produtividade fundamental para o desenvolvimento da sociedade soviética como sociedade socialista e tornam mais fácil atingir o objetivo que a URSS estabeleceu para si mesma, em 1960: alcançar os Estados Unidos da América na produção per-capita dos principais produtos alimentares. É um problema — o das EMT — que já foi colocado "pela via mesma". O havê-lo compreendido rapidamente constitui já uma dúvida, um êxito.

(Da revista italiana "Vita Nuova" — 15.2.1958).